

*Ruiz*

SERVIÇOS DE APOIO DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO  
 Documento recebido em -5. DEZ 1979  
 Distribuído em -5. DEZ 1979 através  
 do envelope n.º -5. DEZ 79 00163  
 para a reunião ordinária de

Jornais de 23 NOV.  
 a 4 DEZ. 1979

IMPRESA NACIONAL

O presente boletim limita-se a um levantamento sumário das primeiras reacções aos números conhecidos do acto eleitoral de dom. 2 DEZ. Esse levantamento atenderá, em parte, à necessidade de ler essas reacções por faixas partidárias; em parte, ao aparecimento de temas concretos, que tudo indica vão estar em foco nos próximos dias.

### 1. ELEIÇÕES INTERCALARES



#### ENTRE O "ESPAÇO DE ENTENDIMENTO" E A "EXPLORAÇÃO DO SUCESSO"

As expressões são citadas, respectivamente, da nota do dia de "A Tarde" de 3 DEZ. e de um artigo no "Diabo" de 4 DEZ. e simbolizam bem duas tendências possíveis que partilham os textos de opinião nestes como noutros jornais afectos à A D. O comentador de assuntos religiosos de "O Dia" (4 DEZ.) destaca a contribuição da Igreja e faz desde já propostas concretas de governação aos vencedores de domingo passado. Tem interesse prospectivo as referências a possíveis pontos de fricção entre a AD e instituições ou órgãos de soberania - depoimento do prof. Jorge Miranda, sobre a Constituição, no "Portugal Hoje" de seg. 3 e primeiros comentários sobre o papel do Presidente da República na presente conjuntura. Outro tema prospectivo diz respeito ao lugar dos "Reformadores", que, segundo declarações recentes de Medeiros Ferreira, estão ciosos da sua "independência política" no Parlamento, reservando para si, mais do que uma posição de subalternidade, uma espécie de estatuto de interlocutores com os dirigentes da AD ("Cor. Manhã" de ter. 4).



#### A QUESTÃO DAS MAIORIAS E A LEGITIMIDADE PARA MUDAR

O "Portugal Hoje" de seg. 3 abstinha-se de comentar os resultados já conhecidos e limitava-se a distinguir, em título, entre as maiorias - a obtida, por virtude do método de Hondt, pela AD na Assembleia, e a que considerava mantida pelo PS como força partidária individual dominante. Esta linha é desenvolvida no mesmo jornal no dia seguinte, que publica o primeiro comunicado do Secretariado Nacional do PS, falando de "resistência" e de "partido de oposição"; é aí sublinhado que "a AD tem legitimidade constitucional para governar", mas não para "mudar o regime".



análise de imprensa



FESTEJAR O AVANÇO DA APU,  
EXPLICAR A QUEBRA DA ESQUERDA,  
MOBILIZAR.

Há aqui alguns temas comuns à Imprensa próxima do PS, como a lamentação por se ter caído do lado mau do método de Hondt e o discreto apelo aos "democratas" que haja na A D, para que estejam atentos à "dinâmica de direita" e às "ligações perigosas". O essencial nos jornais afectos ao PCP é a contabilização do avanço obtido pela APU e, nomeadamente, pelo Partido Comunista. As explicações sobre o recuo da esquerda incluem desde já atribuição de responsabilidades - ao PS e à sua política recente, ao "esquerdismo", à dispersão de votos ( "O Diário" de ter.4 vai ao ponto de fazer as contas - nove deputados a mais para a APU, ou o PS, caso não tivesse havido essa dispersão ). É de assinalar que o "Diário de Lisboa" reúne num mesmo título o PS, a APU e a UDP, encimando um texto onde se censuram os "pequenos partidos" cuja dispersão de votos terá ajudado à maioria parlamentar da AD ( 4 DEZ.).

O tema em foco, na Imprensa de hoje, é a questão do próximo Governo, anunciado desde já como presidido por Sá Carneiro nos jornais próximos da AD ( o "D.Lisboa" critica essa "pressa" na sua edição de ontem, ter.4 ).

Fundação Cuidar o Futuro

SACR, 5 DEZ.79

SECRETÁRIO PERMANENTE  
 CONSELHO DA REVOLUÇÃO

*Rui*



AS ELEIÇÕES NOS TITULOS FORTES DE 1ª PÁG.

seg.3

ter.4

( Imprensa afecta às principais forças partidárias )

A D COMANDA ( caracteres de 8,5 cm de altura,  
a vermelho )

PORTUGAL MUDOU MESMO : NUNCA TANTOS DISSERAM NÃO AO SOCIALISMO  
AD OBTVEU A MAIORIA ABSOLUTA DE DEPUTADOS : 130 MANDATOS

"A D" A FRENTE COM 42,2 %

PORTUGUESES DECIDIRAM : AD VAI GOVERNAR O PAÍS

ATE O ESCUDO SOBE

TUDO INDICA QUE SIM - SÁ CARNEIRO PRIMEIRO-MINISTRO

AD OBTVEU MAIORIA NA AR  
PS CONTINUA O MAIOR PARTIDO

MAIORIA DO PAÍS É DE ESQUERDA - A DIREITA REGRESSA AO GOVERNO

MORAL DA HISTÓRIA  
DIVÓRCIO DE ESQUERDA, ALIANÇA DE DIREITA

Direita em minoria pode obter maioria na AR  
GRANDE AVANÇO DO PCP EM TODO O PAÍS E FORTE QUEDA DO PS

Governo em discussão até Janeiro  
AD EM MAIORIA POR DEZ MESES  
Grande subida da APU e forte queda do PS

A nova composição da Assembleia da República  
PCP : PARTIDO QUE MAIS CRESCEU ...

MAIS DE UM MILHÃO DE VOTOS PARA A APU

O Comércio da Noite

O DIA

CORREIO da manhã  
a TARDE

O DIA

O Comércio da Noite

Portugal HOJE

Portugal HOJE

o jornal

o jornal

o diário

Diário de Lisboa

o diário

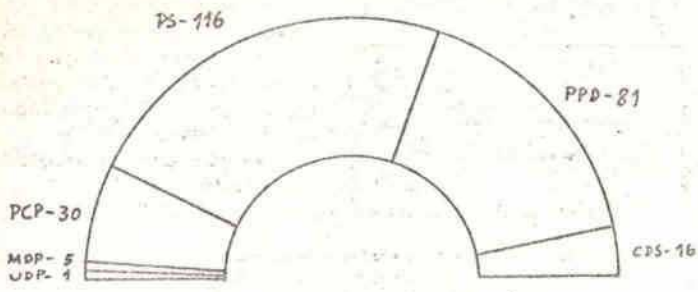
Avante!



Fundação Cuidar o Futuro

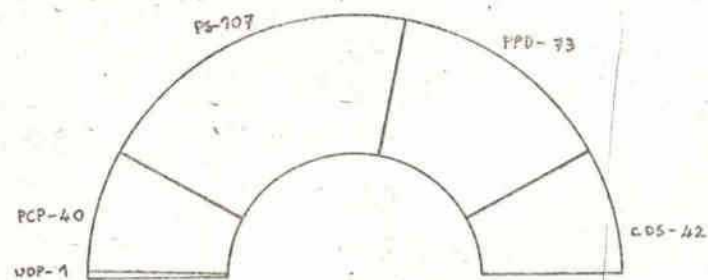


1975

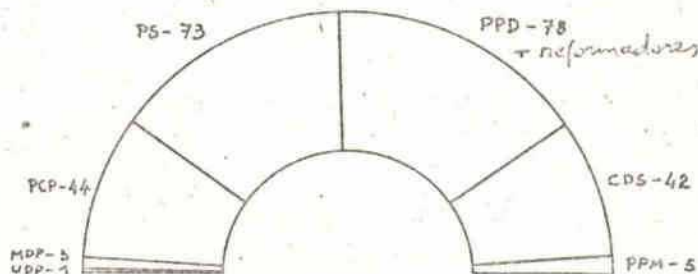


o diário /  
4 de Dezembro de 1979

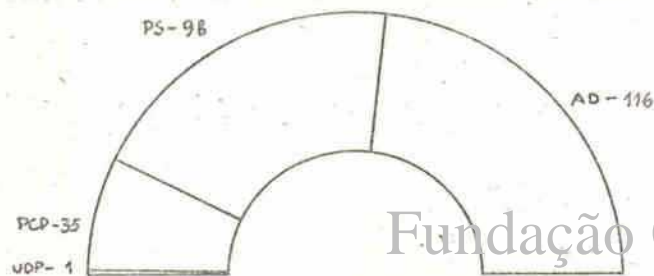
1976



1979



1976 (250)



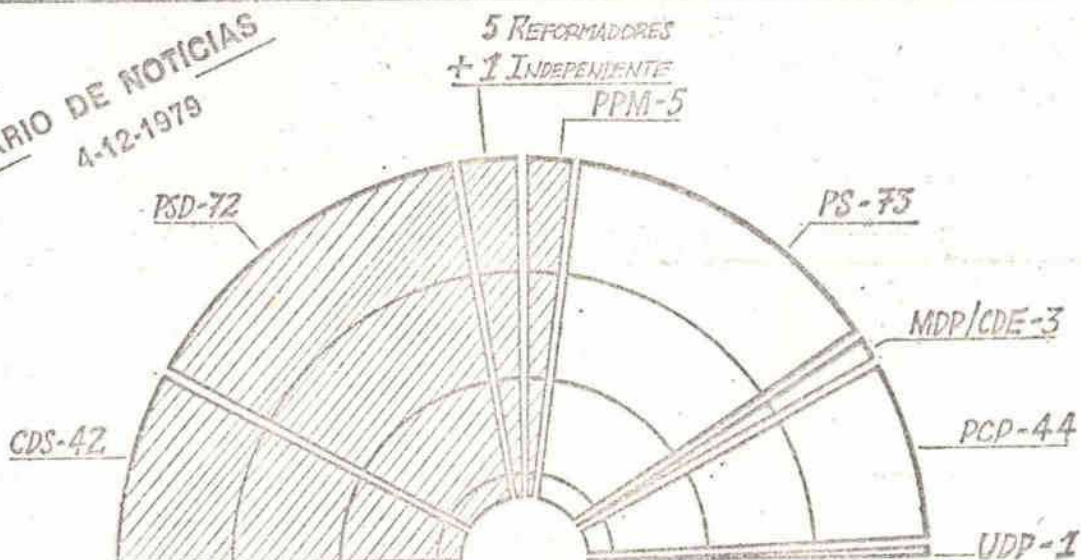
Os diagramas correspondem, sucessivamente, à distribuição efectiva de deputados nas eleições para a Assembleia Constituinte (1975) e Assembleia da República (1976), à distribuição de deputados que resultaria da aplicação aos resultados de 1976 da nova Lei Eleitoral e com o CDS e PPD concorrendo coligados (1976 c/ 250) e, por fim, aos deputados já eleitos em 1979, excluindo a emigração.

Os quatro deputados que representam os círculos da Europa e de Fora da Europa não alterarão significativamente as proporções indicadas no diagrama 4.

O grupo parlamentar do PPD na Assembleia da República eleita inclui cinco deputados «reformadores» e um deputado «independente», o dirigente da CAP José Manuel Casqueiro.

Fundação Cuidar o Futuro

DIÁRIO DE NOTÍCIAS  
4-12-1979



Inscritas, 6 758 447; votantes, 5 912 913; percentagem, 87,5%; votos brancos; 42 376 (0,7%); votos nulos, 126 401 (2,1%).

AD .....	2 497 019	(42,2%)	118	PCTP/MRPP .....	51 644	( 0,9%)	0
PS .....	1 621 950	(27,4%)	73	UEDS .....	42 200	( 0,7%)	0
APU .....	1 121 224	(19 %)	47	PSR .....	36 415	( 0,6%)	0
PSD (Ilhas) .....	141 040	( 2,4%)	7	CDS (Ilhas) .....	23 492	( 0,4%)	0
UDP .....	127 825	( 2,2%)	1	POUS .....	12 573	( 0,2%)	0
PDC .....	65 351	( 1,1%)	0	OCMLP .....	3 393	( 0,1%)	0



## Nota do dia

A Aliança Democrática, tal como vínhamos a prever, conseguiu o seu objectivo: a maioria absoluta de lugares na Assembleia da República. Ante a determinação do eleitorado, de nada valeram os esforços que, a todos os níveis, se conjugaram para evitar esse resultado.

A AD vai, portanto, governar. Ao Presidente da República, defensor da Constituição, não resta alternativa que não seja encarregar o dr. Sá Carneiro de formar Governo.

Se os vencedores estão de parabéns — e, com eles, todos quantos, como nós (por entendermos que esse era o interesse nacional), neles apostaram —, de parabéns está, principalmente, o povo português, que deu mais uma grande prova de maturidade cívica e política: soube dizer o que quer — e disse-o de forma concludente, ocorrendo em massa, e ordenadamente, às urnas.

Ao Partido Socialista, que fica a ser a maior força oposicionista, está reservada uma enorme responsabilidade, um papel tão importante como o de ser Governo: compete-lhe evitar que uma obstrução selvagem, dentro e sobretudo fora do Parlamento, inviabilize as medidas de combate à crise económica e social.

Governo AD e Oposição do PS hão-de encontrar, através do diálogo, a forma mais eficaz de começar a conduzir Portugal àquelas metas de felicidade, progresso, bem-estar, paz e justiça social que todos ambicionamos.

O País não perdoaria aos vencedores que caíssem no fácil triunfalismo; mas muito menos perdoará o despeito dos que não venceram. Importa que uns e outros achem um espaço de entendimento e da maior colaboração possível na obra comum de fazer ressurgir Portugal do atoleiro em que caiu.

Depois do grande vendaval de oratória, comunicados e esclarecimentos — que as várias forças e organizações políticas (e não só...) fizeram desabar sobre o País ao longo das últimas semanas, o Povo português, numa jornada em que demonstrou toda a sua maturidade e senso político, foi ontem às urnas e respondeu livremente às propostas que lhe foram dirigidas.

Ninguém mais, agora, por mais altas funções de que esteja investido ou por mais apurada argúcia intelectual que se atribua, pode vir a ter o direito subverter ou negar a evidência. E a evidência é, expressa em números, que o Povo português de novo repudiou — desta feita de modo mais claro ainda — o projecto de sociedade burocrática, colectivista ou socialista com que há cinco anos lhe vêm acenando, como se fora a ambicionada salvação.

Foi um espectáculo digno de ser visto e um acto que apeteceu ser vivido este, de um Povo inteiro (as abstenções foram inferiores às das democracias mais consolidadas), se abeirar das urnas com exemplar serenidade e aí entregar a sua decisão final, consciente e livre.

Não faltarão os pedagogos e os malabaristas de circunstância para interpretar a seu bel prazer ou interesse os resultados eleitorais. O Povo, esse cumpriu o seu dever, manifestou a sua vontade de modo iniludível e arredou do nosso próximo futuro todas as veleidades de sociedade socialista ou colectivista que alguns, mesmo altamente instalados, nos queriam fazer adoptar.

É certo que a Constituição que temos, aponta para a tal sociedade socialista.

É agora inegável que o Povo que somos voltou as costas decididamente a tal projecto.

Para quantos passam todos os meses do ano a exaltar a democracia e a falar na vontade do Povo esta é uma ocasião soberana para reflectir. Não se pode, em democracia, meter um Povo dentro dum espartilho que o mesmo Povo ostensivamente rejeita.

Entre os dois projectos de sociedade propostos aos cidadãos neste acto eleitoral, a maioria apoiou o programa da Aliança Democrática e escolheu a via da liberdade, da descolectivização, da concórdia social, da iniciativa privada, do progresso.

Uma conclusão final, e a mais significativa, se pode extrair da jornada de ontem: — a maioria do Povo português assumiu os verdadeiros ideais de Abril, redimindo-os da má usura que deles alguns têm feito só para materializar desígnios pessoais ou partidários. A vitória da Aliança Democrática representa o verdadeiro triunfo de Abril. Foi o Povo quem o disse e quem o confirmou mais uma vez.

## Fundação Cuidar o Futuro Reflexões

*A Coligação do Centro (Aliança Democrática) ganhou as eleições de ontem. Mas o País não mudou, o que quer dizer que os democratas portugueses têm ainda um longo caminho à sua frente para consolidarem o regime de liberdade pelo qual se batem. Uma faixa do eleitorado continua a viver no obscurantismo e a votar no Partido Comunista Português o mais obediente a Moscovo de todos os partidos comunistas do Mundo.*

*É a altura do Partido Socialista acordar para a realidade e decidir-se por uma Oposição colaborante com a Aliança Democrática. Por outro lado, há que reconhecer que, recusando a abstenção, o povo português reafirmou o seu desejo de absoluta soberania. Isto quer dizer que recusa as várias tutelas que lhe têm sido impostas: o Conselho da Revolução e a Comissão Constitucional pelo menos. Também o Presidente da República saiu ferido do acto eleitoral. O seu último apelo ao «voto brando», não teve sucesso e os portugueses elegeram a maioria da AD para a assembleia.*

*Não há motivos para euforias em qualquer dos campos. O futuro é difícil. Mas talvez seja conveniente lembrar ao Conselho da Revolução e à Comissão Constitucional que os seus mandatos terminaram ontem. A dignidade dos actuais conselheiros passaria, assim, pelo seu pedido formal de demissão. Ficaria provada a sua boa fé. Agora que o País votou com firmeza, que o povo manifestou estar seguro dos seus direitos e que a democracia se encontra totalmente implantada em Portugal, só se enche de honra quem souber interpretar convenientemente a grande lição de soberania popular que foi dada pelas eleições.*

*A Coligação do Centro ganhou mas o País não mudou. Mas vai mudar. A Aliança Democrática tem que ser digna da grande vitória ontem conquistada.*



## BILHETE POSTAL

**P**ronto. Estas já estão. Venham outras. E virão. Daqui a treze dias (cruzes canhoto), desta feita para escolher quem, por nós, terá de preocupar-se com a rua esburacada, a escola degradada, a ponte partida, o jardim por florir — os mil e um problemas que afectam directamente o dia-a-dia das populações, no âmbito do seu pequeno círculo local.

Sabido isto, seria pleonástico encarecer aqui a importância do próximo acto eleitoral. Voltados para o futuro, como estamos — eu e os meus «correspondentes» — não há neste «bilhete» palavras desperdiçadas com o sufrágio de anteontem. É passado. Ainda que (mau grado o gargantear de certas forças políticas) o resultado dessa consulta eleitoral seja quem, precisamente, irá marcar o início do futuro desejado: verdadeiramente democrático, próspero e cheio de felicidade — uma palavra que, infelizmente, andou arredada das arengas eleitorais de quase todos os partidos. Reabilitemos o termo: nas próximas eleições, voltemos a votar felicidade.

V.D.

## UMA PERGUNTA POR DIA

Esta é mais de cabo de esquadra do que de brigadeiro de Artilharia. O excelentíssimo senhor conselheiro Charais, durante a sua permanência na Gulbenkian, à hora a que se aguardavam os resultados eleitorais, opinou que o P. C. e o P.

S. congregam à sua volta a maioria das forças sociais e de trabalho. Poderá saber-se onde foi sua excelência buscar os argumentos que poderiam fundamentar esta afirmação? Aos corredores e gabinetes do activo Conselho da Revolução?

## Alguns "flashes" duma longa madrugada

A Primeiro-Ministro entra na Gulbenkian um tanto nervosa: a TV tinha dado para todo o País a imagem da chefe do Executivo a chegar à assembleia de voto sem ir munida do bilhete de identidade. Não seguiu as instruções todos os dias dadas pela Rádio e TV. Valeu-lhe o facto de ter sido "reconhecida" por duas pessoas presentes.

O conselheiro Charais foi excessivamente franco: — "A AD, se for Governo precisará do CR..." Também na opinião do conselheiro, o PC e o PS congregam à sua volta a maioria das forças sociais e de trabalho. Os jornalistas passaram

o resto da madrugada a tentar descobrir quais foram as forças que deram a vitória à AD...

Vera Lagoa deu de caras com Costa Gomes. Não se conteve: — "Ainda é mais feio do que eu escrevi... Este porcalhão ainda tem a coragem de vir para aqui pavonear-se e a gente consentel..."

Foi um pequeno escândalo que em breve terminou com a chegada de Tengarrinha.

O DIA 3 DEZEMBRO 1979



O Cristianismo ainda é tão novo em Portugal que a sectores-chaves da governação não chegou, ou deles foi afastado, mormente nos que respeitam à Família, à Educação, à Assistência e a tantos outros. Querem os vencedores de hoje pôr em prática uma política nacional alimentada pela mensagem de Cristo? Será a sua única estrada do êxito.

## à bolina

por ADELINO ALVES

### A única estrada do êxito

Muitas são já as interpretações que se fazem sobre as razões e o significado das presentes eleições portuguesas. No geral, procuram-se motivos imediatos, baseados, na maioria dos casos, em planos meramente políticos e económicos. Até alguns que, habitualmente, se dizem defensores de outros valores, não ultrapassam esta baliza. Raciocinam mais ou menos assim: o povo está farto de mau passado e de ouvir promessas que se não cumprem. Vamos imediatamente obviar a estes inconvenientes e estará salva a causa da Pátria. Eu creio que esta interpretação peca por defeito, na medida em que não atinge o cerne do problema, pelo que me permito adiantar outra explicação que entra no mais fundo da alma nacional.

Em primeiro lugar, não nos esqueçamos de que — para a não irmos mais longe na vida quase milenária de Portugal — se o "25 de Abril" vingou foi precisamente porque o Povo aderiu a esse acontecimento: fê-lo seu, depois de verificar, na sua carne e na sua alma, que não o satisfazia um regime que se mostrara já virtudes, havia caído na degradação, desiludindo muitos. A adesão acabou por ser fácil a uma mudança.

Passados poucos meses, o Povo concluiu que se estivera mal, estava agora incómodamente pior. Daí, dar o seu apoio generalizado ao movimento do "25 de Novembro" que, igualmente, viria a deixar-se vencer pela antinagação. Este estado de coisas parece ter dado agora, forte estremeção de efeitos ainda imprevisíveis. É cedo, todavia, para perscrutar os tempos.

Seja como for, a verdade é que o Povo, novamente, diz, sem rebuços, o que pretende: a mudança! Mudança que ainda não tivera, mas que lhe fora prometida com o "25 de Abril", essa data abortada, porque imediatamente manipulada pelas forças antinacionais, consubstanciadas no ideário marxista.

Ora, este ideário mais uma vez se verifica que não serve a Portugal. É como se lhe impusessem uma vestimenta adquirida num qualquer pronto-a-vestir de figurino estrangeiro.

Com todos os seus defeitos que se possam apontar — que povo os não têm? — Portugal é uma nação de génese estruturalmente cristã. Quase diria — sem entrar em exageros — que Portugal nasceu com o carisma ou o dom de viver e de expandir uma mensagem de espiritualidade mesmo através daqueles seus filhos que, só aparentemente, com ela dizem não se identificar: no fundo, essa vivência resiste e orienta atitudes e procedimentos.

Os partidos marxistas sabem-no bem. Por isso, fogem sempre a discutir este aspecto do problema, cingindo-se aos campos económico e social e lutando por soluções que, à primeira vista, estarão na aceitação generalizada da maioria dos cidadãos. Repare-se nos comportamentos recentíssimos dos líderes dos partidos marxistas, no decurso da campanha eleitoral: embora os programas partidários sejam frontalmente contrários à moral cristã, não quiseram deixar de manifestar "todo o seu respeito" por ela, nas pessoas mais representativas da Igreja de Cristo. Agem como os "icebergs", de que grande parte (por vezes a maior parte...) não se vê.

Eu estou em crer que, no dia em que a maioria do Povo português estiver devidamente elucidada sobre a generalidade destes problemas, não se satisfazendo com meias visões da realidade, os defensores das soluções marxistas perderão cada vez mais terreno.

Em tudo isto, pois, está em causa, ou subjaz a toda esta problemática, um valor indimentável: a alma cristã do nosso povo, pelo que a sua mentalidade rejeita, como espúrio, o alimento marxista: materialista e ateú.

Fundamentalmente, e embora aqui e acolá de forma geralmente velada, é esta realidade que os políticos vencedores não podem esquecer. Se o fizerem, nas soluções que vierem a dar aos milhentos e difíceis problemas que tiverem de procurar, será mais uma jornada de desilusão, a juntar ao 25 de Abril e ao 25 de Novembro.

E-se ou não capaz de governar nesta óptica? Esperamos todos, (mais uma vez!) que sim, na certeza de que será inútil e mesmo prejudicial tentar-se governar ao atrepto da alma do Povo. A História no-lo ensina.

# Já se respira melhor mas está tudo por fazer

Nada podia ter resumido melhor a mudança que se estava a processar em Portugal do que, alta madrugada, ver as cabeças unidas e acabrunhadas de Costa Gomes e Otelo Saraiva de Carvalho viradas para o palco onde Lucas Pires concedia uma entrevista. Inadvertidamente ou não, o rápido plano televisivo resumia tudo. A Aliança Democrática acabara com o mito de que Portugal é um país de esquerda e de que não é possível derrubar os marxistas nas assembleias de voto.

Chegou portanto a altura de atirar os chapéus ao ar, gritar "ganhámos" e ir tudo para casa dormir? Bem longe disso. A própria dificuldade da vitória é a melhor prova de como tudo está por fazer. Deu muito trabalho o que se conseguiu para que alguém se possa permitir querer agora dormir sobre a farrinha criada. Quanto muito — e não terá sido esse o menor dos lados positivos da vitória — poderá agora respirar-se um pouco melhor enquanto se trabalha duramente para tentar reconstruir este país.

Outro dos lados positivos é a "desratização" que os resultados das eleições vai permitir. Já pensaram, por exemplo — que vamos deixar de ser agredidos pela vizinha da dona Maria Pintasilgo? Já pensaram que vamos ficar livres de nos entrar em casa o sr. major Figueiredo a perorar sobre informação? Já tiveram tempo para recordar

que o sr. Freitas Cruz vai para Londres (terá que ser Londres?) e deixar de nos aparecer a dar abraços a quem lhe mandavam às Necessidades?

Já pensaram na quantidade de coisas de que nos livrámos só porque os portugueses arregaçaram as mangas e foram mesmo às urnas?

## Esmagar a reacção

E se não tem feito um dia de sol? E se alguns milhares tiv-  
sem pensado que não valia a pena?

Repare-se como o fr-  
inquietação veio do  
lá, em locais que  
acreditariam, q- . . .  
nhar votos e r-

Até Álvaro  
ficado e r-

apoiar. De repente, é o chão que lhes foge debaixo dos pés. Sem a máquina governamental a favorecê-los (uma coisa que não lhes acontecia desde 1974), desalojados da maioria das autarquias, incapazes de poderem garantir tachos e tachinhos às suas clientelas mais gulosas, os marxistas sabem perfeitamente que a "traição" será o seu próximo dia-a-dia. Ao nível da informação isso era já visível na madrugada de ontem. Rapazes conhecidos como muito "progressistas" experimentavam novos sorrisos, acenavam já com palavras diferentes das utilizadas até aqui, cumprimentavam delicadamente pessoas que há algumas semanas diziam desconhecer. O habitual...

Pouco interessado em dar hipóteses a Daniel Amaral de se vir a revelar um "velho democrata", Sousa Tavares teve a li-sura de anunciar aos microfones da televisão que, assim que a AD formasse Governo, iria solicitar ao novo ministro da Informação a imediata demissão do pequeno Amaral "por indignidade moral". É o mínimo, na verdade, que se espera, após o comportamento daquela gente no caso da direcção de "A Capital". Mas parece igualmente decente admitir que o talentoso major Figueiredo não deixe também de ser premiado pelo "excelente" trabalho que executou enquanto ministro...

## «Sim, senhor»

Manda a verdade que se diga, porém, que embora sem revanchismos idiotas, a gente da AD não parece muito disposta a engolir sapos mesmo que servidos com as medidas da vitória. Nesse campo são devidas felicitações a A. gelo Correia que se não deixou embalar pelo mavioso cantar de Joaquim Leiria, respondendo-lhe que efectivamente não considerava o Canal 2 como isento e correcto. Bastou dizê-lo de cara séria para os "namoros" terem acabado. Mas o facto de se não ter fugido a isso deve ter chegado para alguns rapazes mais entusiastas

das virtualidades de Pintasilgo, e não só, terem dormido bastante mal, apesar de se deitarem tarde...

E é bom isso. Não por revanchismo. Não por se querer que vá para o Palácio Foz um Figueiredo ao contrário. Mas sim para que se imponha uma certa ordem na casa, respeitando as ideias de cada um, mas recusando o oportunismo servil dos que só têm a ideia de dizer "sim, senhor" seja quem for o patrão...

F.G.

## Fundação Cuidar o Futuro



## Balsemão, o CDS e as bases...

Primeira nota de ruptura entre dirigentes do CDS e do PSD, na noite do escrutínio. Os centristas queixavam-se do facto de Francisco Balsemão ser cabeça de lista da AD no Porto:

- Só quem não conhece o bairrismo nortenho pode pôr Balsemão como cabeça de lista;
- Um menino-família, ainda por cima;
- Lucas Pires até se opôs oficialmente!
- Quantos deputados perdemos nós com esta atitude!

A estes e outros comentários escusavam-se os elementos do PSD:

— Não, o "desaire" do Porto deve-se ao mau trabalho das bases!

Perguntamos nós: "Das bases de quem?"

## Um reformador é... ...um reformador!

Na Gulbenkian, diálogo entre um PS e um reformador, que acabava de ser eleito deputado e que recebia cumprimentos por isso mesmo:

— Com que então, agora tens de cumprimentar esses AD's todos!

— Perdão, eu não cumprimentei nenhum AD! Pelo contrário, eu cumprimentei um Reformador, o que é completamente diferente!

Nós já sabíamos...

## FACE À VITÓRIA

# Impõe-se a exploração do sucesso

A derrota da Esquerda, nas eleições de domingo, fez soar o dobre de finados pela estrutura de poder modelada pelos sucessivos golpes de força de 25 de Abril, 28 de Setembro, 11 de Março e 25 de Novembro, e aparentemente ratificada pelos sufrágios recolhidos em 75 e 76, sob a tuteia persuasiva das armas.

A nova maioria parlamentar, conseguida não obstante os esforços desesperados e comprometedores dos responsáveis pelo aparelho dirigente, revela bem o grau de rejeição que o País espontaneamente atingira.

Desfez-se assim a plataforma representada pelo populismo marxista do Governo Pintasilgo, tão solícitamente apoiado pelo Presidente da República, Conselho da Revolução, socialistas e comunistas, trunfo em que apostaram forte quantos acreditavam em resultados inconclusivos.

A vitória alcançada não permite supor, no entanto, que hajam terminado os problemas relativos à definição do poder e que se encontre já resolvida a questão do modelo institucional.

Subsistem, com efeito, poderosas bolsas de resistência, ocupando posições estratégicas importantes e dispondo de armamento sofisticado, que levam a admitir uma dura batalha de desgaste.

Na realidade, os números sugerem imediatamente todas as dificuldades inerentes às futuras relações do Governo e da Assembleia com o Presidente da República e o Conselho da Revolução.

São bem significativas, a esse respeito, tanto as palavras do conselheiro Vítor Alves lembrando o pacto político-militar assinado pelo MFA com os partidos e evocando discretamente o espírito conservador da insti-

tuição militar e o seu apego ao existente, como as declarações excepcionalmente cautelosas do dr. Sá Carneiro no que toca ao Presidente da República e à Constituição.

Particularmente esclarecedora foi também a atitude de Mário Soares ao pretender colocar-se, desde já, como árbitro e mediano da luta que se avizinha.

Um texto fundamental programático, de sinal revolucionário e de carácter semipresidencialista, em que a apreciação da constitucionalidade se acha entregue a um órgão da natureza do Conselho da Revolução, oferece naturalmente uma esplêndida trincheira aos vencidos de domingo e aos seus aliados fardados, que poderão articular o combate mais ou menos jurídico à volta da Constituição, e o veto político do Presidente, com a pressão parlamentar e a manobra destabilizadora a promover, eventualmente, pelo Partido Comunista, no plano laboral.

A menos que se venha a assistir a um golpe de teatro, consis-

tindo por exemplo na renúncia de Ramalho Eanes, hipótese que não é de afastar liminarmente, pertencendo ao domínio do verosímil, e que traduziria apenas o lúcido reconhecimento do conflito potencialmente aberto com a Assembleia e com o Governo.

Também o Conselho da Revolução que, constitucionalmente, terá algo a dizer no que se refere à consonância do primeiro-ministro com o "espírito de Abril", poderá recusar-se a aceitar o dr. Sá Carneiro, revoltando-se com a ideia de perder nas urnas o que ganhou pelas armas. Mas, a mística devota de Ramalho Eanes pela divinal Constituição e a sua acendrada dedicação à causa dos "desfavorecidos", ameaçados pelo dragão reaccionário, e a acurada sensibilidade do Conselho em relação ao equilíbrio de forças, não consentem julgar provável que se venham a tomar tais resoluções.

Por isso, e perante o quadro que está à vista, deve considerar-se que o sucesso de domingo, se representa uma verdadei-

ra deslocação do dispositivo inimigo, implicando uma verdadeira rotura da sua frente, carece de ser explorado, a seu tempo, pelo envolvimento dos flancos, por forma a obter-se a decisão.

Manobrando num terreno tão perigoso, tudo dependerá da coesão e da firmeza da Aliança, que deverá estar particularmente atenta à oportunidade, para só desencadear o ataque no momento próprio, pondo do seu lado a surpresa e a superioridade dos meios, e tendo sempre presente que o moral das tropas será o factor decisivo.

Exige-se, portanto, dos chefes, a quem cabem as supremas responsabilidades, uma implacável intransigência em relação a tudo quanto seja susceptível de o enfraquecer, não se lhes perdendo que traíam a esperança de ressurgimento, que o País tão confiadamente neles depositou neste mês da restauração.

A. C. S.



## Manipulação e descaramento

Contrariando ostensiva e descaradamente o espírito do período reservado à reflexão pré-eleitoral, a rádio e a televisão dos srs. Figueiredo, Pintasilgo, Eanes e da ex-"maioria" de esquerda tudo fizeram para, no próprio dia das eleições e enquanto estas decorriam, lavar o cérebro do ouvinte, apresentando-lhe programas "revolucionários" que só serviam a área marxista-comunista.

Esperamos que o novo governo e a nova e autêntica maioria saída das eleições saibam actuar em conformidade de forma a impor a isenção, a dignidade, a decência e o portuguesismo aos órgãos de informação estatizados que a equipa Figueiredo, Pintasilgo, Eanes, PC/PS intencionalmente manipulou a favor da esquerda social-comunista.

4. DEZEMBRO, 1979

## Antónia, Antónia

Vamos a ver.

Vamos a ver se é agora, com a derrota dos gonçalvo-pintasilguistas, que se faz o julgamento dos matadores do teu filho.

Os assassinos e seus encobridores devem estar aterrorizados com esta vitória. Com a nossa, Antónia. Porque a vitória dos vingadores é a nossa vitória.

V. L.





### Os problemas depois da (eventual) vitória

Se a AD alcançar a maioria não terá dificuldades, no plano formal e institucional, em constituir um gabinete e em alcançar na Assembleia da República o apoio e tolerância necessários à execução das políticas que julgue mais convenientes. Mas a vida política se resume, antes pelo contrário...

A primeira de todas será a constituição de um Governo. Por mais que se revelem agora as melhores intenções, é escusado pensar que nessa altura se possa evitar um conflito, mais ou menos aberto, entre uma tese que defenda a escolha de homens reputados competentes (ainda que sem filiação partidária) e outra que julgue dever prevalecer o critério da posse de cartão partidário na escolha do gabinete. Argumentos razoáveis poderão ser adiantados num ou noutro sentido; argumentos parcialmente correctos, todos eles, como é costume acontecer nestas coisas.

Mais importante, por isso, do que alinhar argumentos, será balizar limites, o que é aliás talvez mais fácil. E assim creio que será importante formar um governo que não sacrifique a homogeneidade indispensável à busca insensata de tenores políticos e técnicos e, por outro lado, que não sacrifique a competência exigida à certeza da factura tranquilidade que uma homogeneidade de homens medianos facilitará. Definir os limites é porém mais fácil do que concretizar uma solução dentro deles. Que sirva talvez de lição a selecção nacional de futebol de 1966...

Depois deste problema um outro deverá ser adiantado. E é ele o de encontrar um estilo e uma prática políticas que permita evitar cair no dilema com que os republicanos liquidaram a Monarquia em Portugal e que se concretizava em levar o Poder às violências que revoltam e às transigências que degradam. Encontrar em cada momento e para cada problema a resposta que evite cair no dilema dramencionado é afinal um dos mais relevantes sinais de que a política é uma obra de arte. Até porque o dilema se agudiza em espiral: um poder que cede tornar-se mais fraco e por isso a seguir tem de ser violento, o que provoca uma reacção intensa, para a qual a tendência é voltar a ceder, e assim sucessivamente.

Problema real, mas que não deve ser sobrevalorizado. Realmente, a circunstância de se realizarem eleições dentro de alguns meses...

Um terceiro e importante problema consiste no que se poderia designar por excesso de mudança. A hipotética vitória da AD ficar-se-ia a implementar medidas à ideia...

Assim sendo, corre-se o risco de a vitória da AD funcionar objectivamente como um factor acelerador da natural tendência revanchista do povo português. Isso não é o regresso ao 24 de Abril, é antes e de um modo muito mais geral a tendência para todos os que perderam mais com o processo revolucionário (desalojados de África, investidores na Bolsa, saneados, classes médias tradicionais, agricultores alentejanos, gestores de empresas anteriores à Revolução, grupos económicos, etc.) se ressarcirem dos prejuízos acumulados e readquirirem o estatuto perdido ou compensações para essa perda.

Que a vitória eventual da AD só se pode cimentar se, entre outras coisas, conseguir aproveitar a energia que esses grupos sociais possuem e está em boa medida desaproveitada, não oferece dúvidas. Que muitas injustiças terão de ser corrigidas, é evidente. Mas o poder que sair das eleições não poderá deixar-se envolver na espiral de um revanchismo que, mostra a História, acaba sempre por se revelar até contraproducente. Que não se esqueça a possibilidade de...

Um quarto e muito importante problema é o que decorre da dificuldade de conciliar as reformas indispensáveis e urgentes com as necessidades decorrentes do facto de dentro de meses voltar a haver eleições. Reformar é sempre, como uma operação cirúrgica, mexer em tecidos doentes e hipersensíveis. De uma operação resulta sempre um estado de dor e o equilíbrio que, bem ou mal, o organismo tinha encontrado, apesar da doença e como que assimilando-a, fica afectado. Há sempre o risco de as reformas se voltarem contra o reformador, que depois habitualmente e cheio de razão escreverá páginas mais ou menos imortais sobre a ingratiidão dos homens e a demagogia dos adversários.

Para um governo que sente a contagem decrescente das eleições seguintes, a tentação de enveredar por soluções demagógicas e com a garantia da eficácia intoxicadora das promessas para não cumprir e por soluções conciliadoras e destinadas a agradar a pregos e troianos, tal tentação é sempre muito forte. É certo que é fácil afirmar e provar que em épocas de crise as soluções fáceis e artificiais são contraproducentes. Mas isso não invalida que, ao longo dos tempos, os dirigentes políticos, mesmo os que se habituaram a conhecer a história, insistam em cometer erros desse tipo e prefiram adiar problemas e conciliar soluções incompatíveis ao risco de enfrentar com real firmeza as questões.

### À laia de posfácio

Quatro problemas foram sugeridos. Outros haverá, como sejam os da harmonização futura entre os partidos que formaram a AD, e dentro de cada partido entre personalidades e clans. Mas, quanto a mim, só aparentemente estes problemas são mais relevantes do que os outros.

Seja como for, o espaço de uma crónica acabou por ser preenchido apenas com uma das alternativas possíveis, não sobrando o espaço para reflectir sobre a outra hipótese, a do caso da AD não conseguir a maioria absoluta de peputados. O que não é grave, no entanto.

Não é grave, dir-se-ia, porque a AD terá maioria absoluta. Não é porém aqui o sítio para "vender" o êxito. E, ainda que fosse, não era já este o momento em que essa estratégia seria útil.

Quando referi que não era grave a falta de espaço pensava mais simplesmente que, se a AD não triunfar, na próxima semana se estará ainda em bom tempo de reflectir sobre a hipótese que se concretizou. E, se isso acontecer, não terá sido inútil a reflexão sobre a hipótese que não saiu do tinteiro da História. É que, por um lado, os problemas referidos manterão a sua actualidade daqui a dez meses, para o caso de uma eventual vitória da AD nessas eleições. O que é afinal dizer, por outras palavras, que não julgo provável a desagregação dessa Aliança em caso de insucesso. E, por outro, porque a reflexão sobre os problemas decorrentes desta hipótese ajudará a analisar os problemas decorrentes da outra, que são indubitavelmente mais complexos.

Diga-se, finalmente, que a forma como decorreu a campanha e a votação veio provar que se a AD não sair vencedora só terá de se analisar para encontrar as falhas que fundamentarão a derrota. De facto todas as condições estavam reunidas para a vitória: a ideia de unidade, o valor da mudança, as boas condições atmosféricas, a fraqueza da campanha socialista, o fracasso dos partidos de esquerda, etc. Essa a razão por que este artigo foi iniciado por uma hipótese e não a outra. No caso de vir a faltar o espaço, como aconteceu, sempre era preferível tratar a hipótese mais provável...



# A Constituição é a Lei Fundamental votada democraticamente e como tal deve ser respeitada

Jorge Miranda *Membro da Comissão Constitucional*

Depois de Luis Nunes de Almeida, também Jorge Miranda, membro da Comissão Constitucional, nos presta hoje o seu depoimento sobre os problemas que se levantam em torno da revisão constitucional.

Tema que, a cerca de um ano da II Legislatura, surge com actualidade crescente. Principalmente porque o Conselho da Revolução desaparecerá em finais de 1980, de onde surgirá a necessidade de atribuir as suas funções por outros órgãos de soberania.

E porque, seja qual for a orientação política que o nosso país venha a sofrer até lá, a Constituição aí está, para ser respeitada e cumprida como ainda há dois dias lembrou o Presidente da República, na comunicação dirigida ao País em vésperas do acto eleitoral.

É este o depoimento do professor Jorge Miranda:

«Estranho profundamente que pessoas que se dizem partidárias do Estado de Direito não tenham o respeito devido pela Constituição que votaram. Como estranho, do mesmo modo, que muitos daqueles que consideravam a Assembleia Constituinte como pouco progressista defendam agora com tanto vigor as soluções consagradas na Constituição aprovada por ela.

A minha posição pessoal em relação à revisão constitucional deriva da posição que sempre tomei a respeito da Constituição da República. É a lei fundamental do Estado, votada democraticamente, e como tal deve ser respeitada.

O desaparecimento do Conselho da Revolução torna necessário a revisão constitucional, obrigará à modificação das relações entre os órgãos de soberania e levanta ainda o problema da fiscalização da constitucionalidade das leis.

A par destas questões que considero serem nucleares da já próxima revisão constitucional penso que se deverá procurar igualmente uma maior clarificação do sistema económico e uma estruturação mais correcta do Estado português como Estado unitário regional.

No respeitante à primeira destas questões suponho que as funções do Conselho da Revolução enquanto órgão de conselho do Presidente da República, devem passar para uma espécie de Conselho de Estado a criar na linha da tradição constitucional portuguesa.

Esse órgão seria, ainda, um ente de ligação entre o Estado e

as Regiões Autónomas e dele deveriam fazer parte o provedor de Justiça, o presidente da Comissão Nacional do Plano, o procurador-geral da República, os antigos presidentes da República, eleitos na vigência da Constituição, e membros designados pela Assembleia da República e pelo Presidente.

As funções inibitórias do Conselho da Revolução, por seu lado, devem passar para o Governo, como acontece em todas as democracias. Admito, no entanto, que entre o Governo e o Presidente, seja criado um Conselho Superior de Defesa Nacional com funções consultivas.

### Aprovação de governo na Assembleia fortalecerá papel desta

No que diz respeito às relações entre o Presidente da República e a Assembleia, a actual Constituição segue uma linha intermédia entre o regime presidencialista e o regime parlamentarista; ou seja, pretende-se um equilíbrio entre os papéis do Presidente e do Parlamento.

Esta linha permite a evolução para qualquer dos sistemas, dependendo tal evolução menos das normas constitucionais do que das relações de força no campo político.

Pessoalmente sou partidário de um sistema parlamentar racionalizado do tipo existente na RFA ou na Espanha.

Ora, se após a revisão constitucional não se conseguir criar mecanismos conducentes a uma maior identificação entre a As-

sembleia e o Governo, este último tenderá a ficar mais dependente do Presidente da República.

Levando em consideração que com o actual sistema de partidos são inviáveis coligações conducentes a Governos maioritários e de amplo consenso nacional penso que a solução estaria em tornar obrigatório a aprovação do programa de Governo pela Assembleia da República.

Esta solução facilitaria acordos pontuais entre os partidos com assento no Parlamento, conferiria maior legitimidade e estabilidade e aproximaria aqueles dois órgãos de soberania.

Quanto às funções de fiscalização da constitucionalidade penso que devem passar para um tribunal constitucional de que é já uma pré-figuração a actual Comissão Constitucional. Suponho que este tribunal constitucional poderá receber não só todas as funções daquela mas ainda as do Supremo Tribunal Administrativo no domínio da legalidade dos actos normativos.

A par destes aspectos fundamentais é necessário aproveitar a oportunidade que oferece a revisão constitucional para esclarecer dúvidas e questões, de maior ou menor importância, que têm vindo a ser reveladas na interpretação e na prática constitucionais.

### É possível depurar a linguagem do texto

A este respeito, e sem pôr em causa os princípios essenciais em que repousa a Constituição, julgo ser perfeitamente possível depurar a linguagem do texto constitucional de formulações ideológicas comprometidas, emprestando-lhe maior seriedade, de modo a dotar Portugal de uma Constituição capaz de contar com o maior número possível de apoios.

Não gostaria de deixar de referir uma opinião ainda relacionada com a extinção do Conselho da Revolução. Segundo Helena Roseta, o Conselho da Revolução deixaria de existir em Fevereiro ou Março de 1980, o que a acontecer paralisaria o Estado

em aspectos fundamentais da vida política.

Na verdade o CR não pode desaparecer a não ser após a revisão constitucional porque, como já foi referido, as suas funções têm de ser transferidas para outros órgãos.

Como a Constituição só prevê a possibilidade de revisão constitucional a partir de 15 de Outubro de 1980, o Conselho da Revolução só poderá desaparecer depois dessa data.

Finalmente suponho ser necessário desdramatizar o tema da revisão e pensar nele não em termos de vitória para metade do País, e derrota para a outra metade, mas em termos de eficácia e consenso democrático. Até porque a Constituição não deverá ser profundamente alterada.

Embora tenha defeitos tem maiores qualidades. Realço as garantias, direitos e liberdades individuais, a autonomia regional, a referência aos Direitos do Homem e aos direitos dos trabalhadores, a subordinação do poder económico ao poder político e, pessoalmente, orgulho-me de ter participado na sua feitura.»

Fundação Cuidar o Futuro



# Triunfalismo e ameaças de Sá Carneiro depois das seis da manhã no Hotel Altis

## — Primeiro alvo da AD: o Presidente da República

«A vitória da AD será a derrota do Presidente da República. Mantém ainda essa opinião?» — perguntava um jornalista, cerca das seis da manhã, quando se previa a maioria absoluta no Parlamento para a «Aliança Democrática».

Sá Carneiro sorri. Sorriso de confiança, arrogante, num tom que se lhe não conhecia ao longo da campanha, mas que manteve durante toda a conferência de imprensa, como «leader» da formação política mais votada nestas eleições. «Ainda não tenho os resultados definitivos», diz, «mas mantenho essa opinião, agora reforçada, depois do discurso do Presidente da República».

A hostilidade em relação ao general Ramalho Eanes é bem evidente ao longo de todo o encontro com os órgãos de Informação, no Hotel Altis. É assim que recorda o art.º 138 da Constituição e remete o Presidente da República para as competências que ali lhe são confiadas: «nomear embaixadores; ratificar os tratados internacionais e declarar a guerra e fazer a paz.» Não cita, por exemplo, o art.º 136 «Competência quanto ao funcionamento de outros órgãos» ou o art.º 137 «Competência para a prática de actos próprios». Apenas refere o art.º 190 quando um outro jornalista lhe pergunta o que faz se o Presidente da República, apesar de tudo, não o convidasse a formar Governo: «De acordo com o art.º 190 da Constituição, o Presidente tem de nomear um Primeiro-Ministro tendo em conta os resultados eleitorais. Sempre faz isso, não sei porque não haveria de respeitar as regras agora».

Para além de afirmar, «longe de mim supor que o Presidente da República vai exceder as suas atribuições», o dr. Sá Carneiro não deixa de dizer que, «pela nossa parte não haverá confronto com o Presidente da República. Não lhe poderei responder pelo Presidente».

### «SEM COMENTÁRIOS» O APOIO AO PS

O discurso do general Ramalho Eanes na RTP, classificado por outro

jornalista como «uma ajuda 'in extremis' ao PS», mereceria a Sá Carneiro um desprezo «sem comentários», adiantando depois que «representava uma intervenção negativa na campanha eleitoral e resultara em prejuízo das próprias pessoas e não dos resultados eleitorais», enquanto o prof. Freitas do Amaral a classifica de «interferência abusiva dos órgãos de soberania». Nesta apreciação estava também em causa o discurso do Primeiro-Ministro.

O tom a que temos vindo fazer referência manteve-se também, por exemplo, quando foi pedido ao dr. Sá Carneiro para comentar uma afirmação do dr. Alvaro Cunhal: «essa afirmação não tem suficiente importância para a AD» ou em relação a posições assumidas por membros do Conselho da Revolução. Apesar de não as classificar de «confundentes» ao contrário do diria o jornalista, acrescentou que o «CR não concorreu às eleições, a AD concorreu, por isso a AD não responde a essas afirmações».

A esta hostilidade para com o Presidente da República, o dr. Sá Carneiro responde com uma certa discrição face à pesada derrota do PS: «Disse várias vezes ao longo da campanha que as eleições são um julgamento e esse julgamento foi negativo para o PS». Já em relação à APU, Sá Carneiro afirmou: «Não tenho notícia de nenhuma subida acentuada da APU».

Quanto à vitória da AD, e quanto a saber se qualquer dos partidos, CDS ou PSD, poderia ter ganho as eleições, Sá Carneiro considera que «passou o tempo do isolacionismo partidário, do exercício partidário solitário, tal como demonstram os resultados». Por último, e quanto ao apoio internacional, o prof. Freitas do Amaral refere que o CDS pertence à União das Democracias Cristãs, enquanto Sá Carneiro declara «mantemos a nossa decisão de entrar para a Internacional Socialista».

A Aliança Democrática ganhou as eleições. «O Governo da AD só será formado na altura própria. Tudo aquilo que se disser carece de fundamento.» A verdade é que ainda não se saberá ao certo como ele irá ser

formado. Para o Presidente do PSD ele terá como critérios «a competência» e o «como base em representações bipartidárias ou pluripartidárias».

Nos bastidores fala-se que as coisas não serão assim tão fáceis e mesmo que a etapa da formação do Governo seja ultrapassada, a clivagem existe e virá ao de cima. «A mudança a que a AD se referia durante a campanha far-se-á», disse Sá Carneiro, «em respeito pela Constituição até ela ser revista.» Volta a insistir num «novo Presidente da República».

As nacionalizações consagradas na Constituição serão mantidas, mas todas as indirectas serão desleitas — garante o líder da AD. Ele promete também uma abertura ao investimento privado em quase todos os sectores da vida económica. Quanto a uma outra questão ali colocada, a afirmação dr. Alvaro Cunhal de que «ninguém pode tocar na Reforma Agrária», Sá Carneiro responde: «Não me admira, está a defender o seu feudo. Mas a maioria absoluta no Parlamento, não é Governo, não tem poder para dizer o que é ou não constitucional». Quando alguém insistiu se iria ser revista a Lei Barreto, foi o prof. Freitas do Amaral que respondeu: «Isso resulta do nosso programa eleitoral de Governo».

Quanto a uma possível agitação social, caso venha a ser Governo, o dr. Sá Carneiro acha que isso não vai suceder. Por duas razões: a primeira é porque espera que os trabalhadores não se deixarem tornar em «armas de arremesso» de quem perdeu as eleições e porque a política da AD

será feita no interesse dos trabalhadores.

Uma pergunta «embaraçosa» virá de um representante de um jornal para emigrantes na África do Sul.

«Irá este Governo da AD continuar a hospitar a África do Sul?» Sá Carneiro evita claramente a resposta. Fala no apoio aos emigrantes. Mas o representante repete a pergunta. Sá Carneiro não deixa de dizer que o Governo da AD manterá relações diplomáticas com todos os países, mesmo que não apraie a sua política. Em relação à África do Sul, o Governo da AD tomará as posições que achar correctas consoante as situações que se colocarem ao Governo da AD.

Por último, uma «graça» do arg. Ribeiro Teles. Para ele, «com a vitória da AD saiu a sorte grande ao Partido Comunista. Na zona da Reforma Agrária vamos remediar o que ele fez de errado».

No final, foram as palmas dos militantes da AD que se encontravam num hotel de capital. «Tantos comunistas» suspira um jovem AD quando olha para os resultados. «Deixa lá os rapazes», diz um deputado já eleito. Horas antes tinha sido a tensão, o nervoso. Queriam a maioria absoluta. Sá Carneiro e Freitas do Amaral remeteram-se a um mutismo intencional. Só com o avanço dos dados finais da Gulbenkian, os dirigentes da AD se tornaram confiantes. Mas não se deslocaram à Gulbenkian para a conferência de imprensa. Foram os jornalistas que se deslocaram ao hotel para a conferência de imprensa. «A AD vai ganhar, Portugal vai mudar».

Para já, mudou o local da conferência de imprensa.



# Os alibis do sr. Ramalho Eanes

Integrando-se na manobra desesperada de última hora para influir nos resultados das eleições a favor do sector marxista-comunista, que os seus comparsas da ala mais à esquerda do Conselho da Revolução haviam desencadeado em vários órgãos, ditos de informação, que oportunisticamente se lhe

born senso, de sentido das responsabilidades e de isenção deveriam bastar-lhe para se coibir de qualquer interferência no espírito dos eleitores, em especial dos indecisos, dos timoratos e dos oportunistas. É que, em democracia, os votos destes pesam tanto como os do cidadão íntegro, consciente e determi-

primeira vez, uma maioria absoluta é possível, que pretende ele? O jogo está à vista, claramente mostrando que forças o sr. Eanes protege e apoia.

De resto, desde há muito que o sr. Ramalho é o candidato desejado dos comunistas e marxistas. Ele sabe que, fora dessa área, não pode ter quaisquer es-

não estão mais dispostos a ser, como ele, escravos de mitos, antes senhores do seu destino, da sua liberdade e da sua honra.

O sr. Eanes insiste em ser chefe de Estado quando em nada do que faz, pensa ou diz, se vislumbra, ainda que remotamente, o rasoço que caracteriza os verdadeiros chefes, a altura e a nobreza do gesto, da decisão própria, do risco e da responsabilidade, que são o apanágio do autêntico líder nacional.

Tudo nele é rotina burocrática, medida computadorizada, sem alma nem *élan*, buscando permanentemente nos regulamentos o alibi para *não ser*.

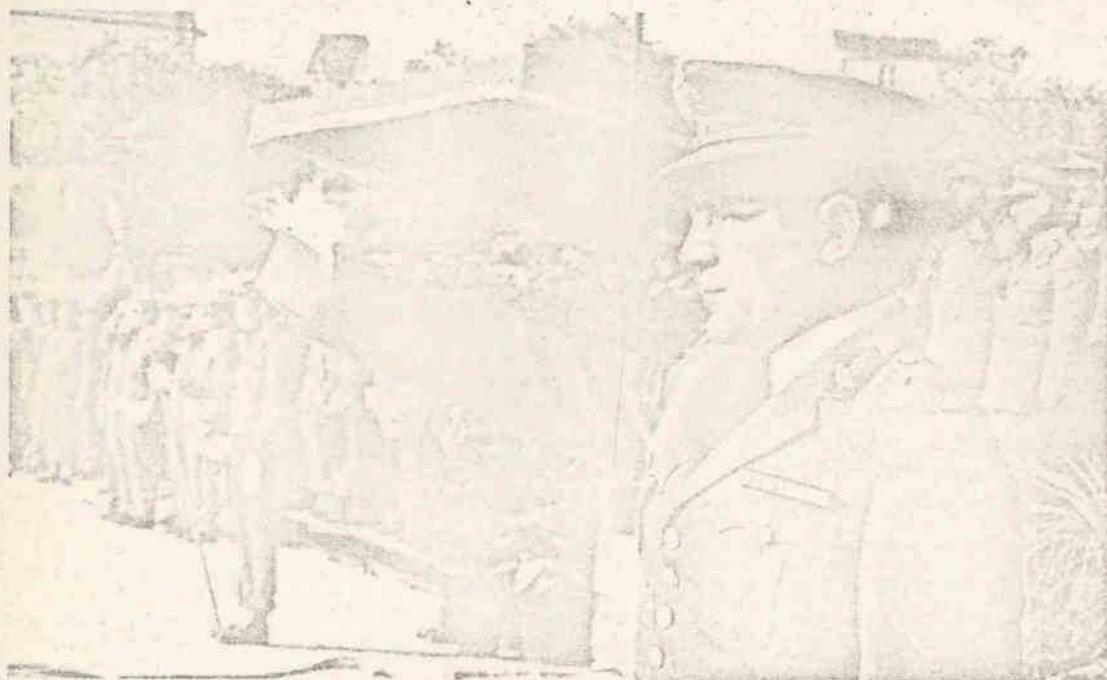
E se alguma vez acontece romper com a legalidade, como é o caso a que nos referimos de início, fá-lo sob o impulso do próprio aparelho que o envolve, como um parafuso à mercê de quem o atarracha.

Na sua voz de ventríloque, o sr. Ramalho continua a ensurdecer-nos os tímpanos com a obsessão da democracia e da Constituição, como se se tratasse de fins em si mesmos e não de meros meios — quando o são — para servir o Interesse Nacional.

Chegou o momento de surgir alguém que nos fale mais da Pátria Portuguesa que de um passageiro papel votado por alguns traidores.

De alguém para quem os destinos da Nação sejam infinitamente mais que o truculento "slogan" do alibi democrático.

Que venha!



Não se admirem... Tudo pode acontecer... Mas, será sempre um alibi...

atrelam, o sr. Ramalho Eanes resolveu também fazer campanha através da TV.

E fê-lo com a agravante de, sem escrúpulo nem pudor, utilizar o período de reflexão, em que a lei (ele que é tão legalista...) lhe veda — nos veda a todos — tal prática.

Com efeito, um mínimo de

tado.

Quando, por exemplo, o sr. Ramalho Eanes, face à iminente vitória da AD e consequente nomeação de um governo deste agrupamento político, vem tentar convencer o eleitorado de que pode prever-se a formação de um gabinete minoritário, isto no momento em que, pela

peranças. Daí que a democracia do sr. Eanes encontre igualmente suporte, para além dos social-comunistas, no efémero papelucho constitucional que engendraram num transe de violência moral, política e até física.

O sr. Eanes insiste em desconhecer que os portugueses

## Fundação Cuidar o Futuro

4 de Dezembro de 1979 / Portugal HOJE

### Relações com Presidente da República

Referindo-se às relações do PS com o Presidente da República e do papel que este irá desempenhar no futuro, Mário Soares considerou que o Presidente da República se tem colocado numa clara linha de defesa da Constituição e que no futuro, tal como no passado, o PS terá para com Eanes o respeito que este lhe merece, o que não obstará à formulação de críticas que pontualmente sejam ajustadas.

Em relação aos actos que o PS

considera serem muito positivos da parte de Ramalho Eanes, Soares referiria o facto de ele ter decretado estas eleições como intercalares e não como constituintes, a nomeação como primeiro-ministro da Engenheira Maria de Lurdes Pintasilgo e a sua manifesta vontade de defender a Constituição.

Quanto ao programa de Governo da AD, Mário Soares acentuou ser ainda muito cedo para se falar no assunto pois as linhas mestras já apresentadas são muito vagas para se ter uma ideia do que vai ser o Governo da nova maioria.



ESTUDO  
parlamentar  
em causa

# Reformadores negociarão com sociais democratas

4.12.79 Cm

Os reformadores vão travar conversações com o PSD para chegar a acordo quanto à sua organização no Parlamento.

Tendo conseguido cinco mandatos na Assembleia da República, os subscritores do «Manifesto Reformador» pretendem agora materializar a sua pretensão em manter uma identidade própria naquele órgão de soberania. Na impossibilidade de formarem um grupo parlamentar, em virtude de não constituírem um partido político, os reformadores terão de encarar duas possibilidades: ou integram o grupo parlamentar do PSD ou constituem um agrupamento parlamentar, à semelhança do que fez a ASDI.

Segundo Medeiros Ferreira afirmou ao «Correio da Manhã», a preocupação essencial dos reformadores nesta matéria «é manter a independência política e afirmar as suas posições políticas no Parlamento». Esta figura política recordou que a questão estava explicitamente tratada no acordo político assinado entre as duas partes pouco antes da entrega de listas candidatas para as eleições intercalares.

«Iremos certamente encontrar com o PSD a melhor forma de o conseguir, dentro dum espírito de íntima solidariedade», acrescentou a esse propósito.

No momento presente, os grupos parlamentares do PSD e do PS detêm exactamente o mesmo número de deputados, faltando ainda apurar quatro mandatos relativos aos círculos da Europa e «fora da Europa». Segundo as previsões, dois destes mandatos deverão ser do PSD, um do CDS e o último do PS.

## GRUPO OU AGRUPAMENTO

Caso estas estimativas venham a ser materializadas pelos resultados o grupo parlamentar do PSD passará a ter 75 deputados, o grupo do PS 74, o do PCP 44, o do CDS 43, o do PPM 5 e o do MDP 3. A UDP com apenas um deputado não forma grupo parlamentar.

Se os reformadores vierem a integrar o grupo parlamentar social-democrata, partido em cujas listas disputaram a pugna eleitoral, embora na qualidade de independentes, o PSD contaria

com uma vantagem de seis elementos relativamente aos socialistas. Nesta perspectiva, os sociais-democratas deverão propor aos reformadores que aceitem um estatuto disciplinar distinto, no interior do grupo parlamentar do PSD, à imagem do que acontece nas Assembleias Regionais dos Açores e Madeira.

## O MAIOR PARTIDO

A questão do número de elementos de cada grupo parlamentar é mais importante do que pode parecer à primeira vista. Esta constatação foi evidenciada pela fórmula utilizada pelos socialistas ao se referirem nas primeiras horas do dia aos resultados eleitorais. Os socialistas afirmaram (a propósito dos mandatos apurados) que a Aliança Democrática havia ganho as eleições mas que o «PS continua a ser o maior partido», como sugeria ontem o grande título do jornal «Portugal Hoje».

Esta previsão veio a mostrar-se errada depois do apuramento posterior de mandatos que mostrou o nivelamento dos dois partidos no mesmo total

(75), com grandes hipóteses dos sociais-democratas passarem à dianteira, conforme afirmámos atrás. Mas é com base nestas pequenas diferenças que algumas forças políticas tecem as suas hipóteses pensando na pos-

sibilidade de uma desagregação da Aliança Democrática como forma dos socialistas emergirem então na qualidade de partido de maior grupo parlamentar, o que poderia conduzir à sua candidatura à formação do Governo.

# A DESCIDA DO PS

## — Segundo Medeiros Ferreira

Na madrugada de ontem, no ambiente efervescente da Gulbenkian, a presença do Medeiros Ferreira, ex-socialista e um dos grandes vencedores destas eleições, «Correio da Manhã» falou com o líder dos reformadores que nos começou por afirmar:

— Esperava a vitória da Aliança Democrática. Sempre esperei que a Aliança fosse o conjunto mais votado e que isso se refletisse em resultados analogos nas eleições de 1976.

1CM — Sobre os outros partidos, acha mais significativas a subida do PCP ou a descida do PS?

MF — Sem dúvida a descida do PS, motivada, quanto a mim, pela má direcção política que o Partido Socialista teve a partir de meados de 77.

«CM» — O dr. Medeiros Ferreira pode-nos indicar alguns exemplos dessa «má direcção política do PS»?

MF — Não estou para analisar esses erros neste momento, faço apenas uma constatação. Não penso que esses erros sejam importantes para a política que se deseja seguir no futuro e que está consubstanciada na coligação entre a Aliança Democrática e os Reformadores.

«CM» — Se a AD não obtiver a maioria absoluta, concorda que a fórmula de um novo Governo seja um Executivo novamente presidido por Lurdes Pintasilgo?

MF — Penso que é uma hipótese que tem que estar, desde já, arredada, dada a forma pouco objectiva com que o Governo Pintasilgo dirigiu o País durante este período eleitoral e as ríspidas intromissões da engenheira Lurdes Pintasilgo na campanha eleitoral, nomeadamente no seu encontro com o dr. Mário Soares no Alientejo e a sua última intervenção televisiva em que fez autêntica campanha eleitoral a favor do Partido Socialista, com os fracos resultados que estão à vista.

«CM» — Um facto que está já a suscitar alguma polémica, e que é o facto de o documento que foi há poucos dias divulgado por personalidades independentes, com o apoio dos Reformadores, preconizar a formação de uma maioria presidencialista, o que parece estar em contradição com os objectivos globais da Aliança Democrática...

MF — Bom, a maioria presidencial é sempre necessária para eleger qualquer presidente, que eu saiba. Não vejo que isso possa causar qualquer problema... De qualquer modo, a posição dos Reformadores foi muito clara: aceitaram o apoio que lhes foi dado por esse grupo de individualidades. Penso que esse documento é perfeitamente compatível com a evolução do regime democrático em que todos estamos empenhados, e que tem de ser feita em conjunto e com sentido de compromisso entre as diferentes forças empenhadas, nomeadamente com o Partido Social-Democrata.

«CM» — Não acha, então, que esse documento poderá ser um pequeno «rastilho» no equilíbrio da AD?

MF — Se a Aliança estivesse sujeita a estes pequenos rastilhos, muito frágil seria...

Não considero o documento, nem pelo sua intenção, nem pelo seu conteúdo, capaz de ser um «rastilho» desse género. Além disso, os autores do documento tem as melhores relações políticas com os dirigentes da Aliança Democrática, e farão sempre o possível para manterem uma política de compromisso e de diálogo com esses dirigentes.

«CM» — O dr. Medeiros Ferreira avança, remotamente, a hipótese de regressar, de novo, ao Partido Socialista?

MF — Eu?! Que raio de ideia! Estou agora aqui a lutar pela constituição de uma maioria para governar o País. Estou muito bem na situação em que estou. Iniciei a formação do «grupo reformador» e é no «grupo reformador» que me sinto bem.



Medeiros Ferreira

# “Os Reformadores não querem ser Governo”

«Os Reformadores vão ficar apenas no Parlamento», disse a «O Jornal», o dr. Medeiros Ferreira, um dos reformadores eleitos nas listas da Aliança Democrática, mercê de um acordo com o PSD. Na análise do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional socialista, a responsabilidade da descida do PS pode atribuir-se à sua direcção política.

«O Jornal» — Conhecidos os resultados das intercalares como analisam agora os reformadores o futuro político imediato?

Medeiros Ferreira — Os resultados vieram confirmar a justeza da política de alianças dos Reformadores, dado que foi essa a nossa preocupação. Estamos convencidos que os resultados indicam claramente uma derrota da direcção política do PS, consubstanciada na

sua imperícia governamental e na sua impotência em definir uma política de alianças. Pelo contrário, os Reformadores conseguiram manter um prestígio nacional intacto e crescente.

É necessário, por outro lado, verificar que nos distritos onde houve candidatos reformadores se registou uma subida muito significativa dos votos das listas conjuntas da AD nas comparações possíveis com 1976. Ora este facto significa que não só

muitos primeiros votos em 1979 como muitos outros que foram para o PS em 1976, vieram connosco para a Aliança. Diria, portanto, que a nossa política de alianças veio a revelar-se correcta e estamos convencidos da existência de condições para a formação de um governo capaz de lançar o País na preparação da adesão à CEE e permitir o crescimento económico e a justiça social.

P. Entende portanto chegada a altura de retomar a direcção da nossa política externa...

R. — Tenciono ficar apenas no Parlamento. Os Reformadores têm uma palavra a dizer na Assembleia da República. Nós damos muita importância à formação de uma corrente de opinião pública reformadora, e pensamos que o Parlamento é o órgão de soberania mais indicado para a actividade dos Reformadores.

Fundação Cuidar o Futuro

VASCONCELOS ABREU

## Política de reformas é linha determinante

4 de Dezembro de 1979

a TARDE

Os resultados eleitorais demonstram a maturidade política do povo português.

Cansados de slogans e de populismos, os eleitores disseram «não» aos extremismos da direita e da esquerda, originando um nítido retrocesso nessas organizações. Olhando para o número dos seus votantes e analisando a recusa de voto, há a considerar ter havido uma consolidação da vida democrática neste País — em termos de uma sociedade livre e de tipo ocidental — assim como o desejo de construção de uma nação de estílo europeu.

A derrota do PS é resultado do seu hibridismo político e da falta de centelha dos seus dirigentes.

Procuraram esconder as suas fraquezas no que respeita a uma política coerente, através de um ataque pessoal a elementos da Aliança Democrática, que não surtiu qualquer efeito positivo.

A APU teve a seu favor uma campanha tacitamente bem estruturada, desligando-se da imagem de 75; daí que tenha assumido um papel relevante em detrimento directo do Partido Socialista.

A Aliança Democrática beneficiou de um programa realista e do bom senso dos seus dirigentes, que se apresentaram muito responsabilmente perante o eleitorado.

A vitória da AD, que é, ao fim e ao cabo, a grande conclusão destas eleições — deriva da adesão popular a um plano de reformas para o nosso País.

A vectorização de uma política social-democrata em que a AD centrou a sua actuação está bastante ligada ao nosso aparecimento como Reformadores e é a linha determinante que deriva desta auscultação popular.



«Não seremos bengala do PSD»

## Madeira: CDS considera ter sido vítima da Aliança

O líder do CDS na Madeira, Baltazar Gonçalves, considerou, em comentário aos resultados eleitorais verificados naquela Região Autónoma, que o seu partido havia sido vítima da AD.

Segundo o seu dirigente, o CDS na Madeira ficou tolhido «entre a lealdade para com o PSD» seu parceiro da AD no continente, e a necessidade dele se demarcar, de onde resultou «um escasso espaço de manobra».

Seria esta a razão que explicaria a diminuição dos votos obtidos pela organização relativamente a anos anteriores.

Baltazar Gonçalves frisou, acerca das relações do seu partido com o dos socialis-democratas, na Madeira, que o «CDS não aceita nem aceitará nunca servir de bengala ao PSD e de sua mera cobertura à direita».

### CDS o grande derrotado

Jardim Fernandes, um dos principais dirigentes socialistas na ilha da Madeira considerou que o CDS foi «o grande derrotado» das eleições intercalares naquela Região Autónoma.

Para aquele dirigente socialista o principal objectivo do PS, que era derrotar o CDS, foi atingido.

Segundo Jardim Fernandes, uma comparação com os resulta-

dos obtidos pelo PS nas eleições autárquicas de há três anos permite verificar um crescimento do seu partido e, sobretudo, um aumento da sua influência nas zonas rurais.

Jardim Fernandes considera, ainda, que o seu partido foi prejudicado pela cobertura noticiosa, dada pelos órgãos de comunicação social do arquipélago durante a campanha eleitoral e lembrou, também, o papel nela desempenhado pela Igreja.

## PPM e Reformadores fazem chantagem sobre Sá Carneiro

Reformadores e PPM pressionam neste momento o PSD, tendo em vista a obtenção de posições no Governo e estatuto de grupo parlamentar na Assembleia da República. Ontem, o porta-voz oficioso da «AD», o «Correio da Manhã», revelava que os reformadores vão travar conversações com o PSD para chegar a acordo quanto à sua organização no Parlamento. Como não constitui partido político, os reformadores não podem, neste momento, sem alteração do regulamento da Assembleia, constituir grupo parlamentar autónomo, como desejariam. Duas hipóteses se abrem: os reformadores ficam integrados no grupo parlamentar do PSD, embora com estatuto próprio em matéria

de disciplina de voto (para aqui se inclina o PSD); ou constituem um agrupamento parlamentar, à semelhança do que a ASDI fez na anterior Assembleia.

Conscientes de que a geografia parlamentar favorece as suas posições (a «AD» tem uma maioria muito escassa, que pode ser posta em causa pelo não alinhamento dos cinco deputados reformadores, ou monárquicos), as duas pequenas famílias políticas pressionam neste momento o PSD, exigindo muita coisa em troca do seu peso parlamentar. Concretamente, no PPM existe de facto uma insatisfação generalizada em relação ao «egocentrismo» do PSD e Ribeiro Teles já se queixou amargamente do facto a alguns correligionários.

Fundação Cuidar o Futuro



# PSD forja governo da «AD»

Como principal componente da «AD», o PSD reivindica a iniciativa no que respeita à formação do Governo — asseveramos um destacado dirigente do partido de Sá Carneiro, que confirmou igualmente já existir um esboço de Gabinete, forjado pelo futuro primeiro-ministro, com a colaboração de dois conselheiros: Vasco Pulido Valente e Carlos Macedo. Não se trata propriamente de uma marginalização do CDS e do PPM, mas apenas da aplicação prática do primado da operacionalidade e da competência, na perspectiva do líder do PSD, segundo «Portugal Hoje» apurou. É convicção do nosso informador que «o dr. Sá Carneiro não se enredará em longas controvérsias que não conduzam a nada».

Sá Carneiro optará por um Executivo pouco numeroso e relativamente coeso. Este propósito deve ser, no entanto, dificultado pelo excessivo número de candidatos às prebendas do Poder; cinco anos de espera abriram o apetite a muito quadro partidário...

Ao contrário do que chegou a ser aventado, o VI Governo Constitucional não deve ter vice-primeiro-ministro, pois Freitas do Amaral vai optar pela presi-

dência da Assembleia da República, lugar que corresponde ao número dois na hierarquia do Estado, logo após o Presidente da República.

Para a Defesa deve ir um civil, o que acontecerá pela primeira vez desde o 25 de Abril. Candidato ao cargo, na qualidade que vem assumindo de especialista em assuntos de defesa, encontra-se Ângelo Correia (PSD), mas consta que o CDS vota este nome e o próprio Sá Carneiro considera que aquele não possui o perfil adequado às funções. Quem o viu na televisão na noite do apuramento eleitoral não poderá deixar de estar de acordo.

Na Administração Interna um nome possível é o antigo ministro da Comunicação Social, e «personalidade reformadora», Proença de Carvalho, que já trabalhou para a Polícia Judiciária e possui a imagem de dureza e inflexibilidade considerada adequada para as funções. Contudo, estamos em crer que a pasta poderá ser confiada a um elemento do CDS.

O novo titular do Palácio das Necessidades será provavelmente Francisco Pinto Balsemão, director do semanário «Expresso» e há muito responsável pelo pelouro de relações internacionais

do PSD. Contudo, o CDS não deixará de se bater por esta pasta, argumentando com o facto de possuir uma vasta teia de relações no seio da União Europeia das Democracias Cristãs, o que permitiria a um ministro centrista dinamizar o processo de negociações para a adesão do nosso País à CEE. Observadores qualificados duvidam no entanto que Sá Carneiro esteja na disposição de abrir mão desta pasta, a favor dos centristas, muito embora se duvide na Rua de Buenos Aires que Pinto Balsemão possua as características julgadas necessárias para o afrontamento com o Presidente da República em domínios como o das relações com os países africanos de expressão portuguesa. A este respeito, é de ter em conta que Sá Carneiro anunciou já tencionar exercer a orientação da política externa na sua plenitude, pondo termos às iniciativas diplomáticas de Belém.

A área das Finanças poderá ficar a cargo de Cavaco e Silva, administrador do Banco de Portugal e militante do PSD. Para o lugar de governador do Banco de Portugal, em substituição de Silva Lopes seria entretanto designado o economista João Sá Leitão, administrador do Banco de Fomento.

Para a Agricultura deverá ir António Barreto, que prepara actualmente nova legislação para a zona de intervenção da Reforma Agrária. No Comércio o centrista Basílio Horta é dado como provável. Nos Assuntos Sociais o mais forte candidato é

Carlos Macedo (PSD), que constitui um dos elementos da linha mais dura do partido de Sá Carneiro, mas seria bem aceite pela Ordem dos Médicos. A pasta do Trabalho poderá ser atribuída a Nascimento Rodrigues, da Tendência Sindical Reformista (PSD), embora se trate de um nome contestado por alguns sindicalistas do partido.

Nos Transportes e Comunicações o provável responsável é Viana Batista (PSD), da direcção da ANA (empresa pública de Aeroportos e Navegação Aérea), o que poderá trazer à baila problemas relacionados com o aeroporto do Funchal.

A Educação (a que poderá juntar-se de novo a Cultura) deve ser entregue a Adelino Amaro da Costa (CDS).

Por seu turno a Comunicação Social será provavelmente eliminada da estrutura governamental, sendo as empresas estatizadas do sector entregues ao IPE. Caso vingue a hipótese contrária, um nome possível é o de Vasco Pulido Valente (PSD).

No Ministério da Habitação já existe candidato, o advogado Sousa Tavares. Registe-se que este encontra-se relacionado, pela sua actividade profissional, com alguns industriais do sector; por outro lado, para ingressar no Governo teria de abandonar a Assembleia da República, o que constitui uma baixa no elenco dos «reformadores». Uma alternativa seria o nome de Ribeiro Teles (PPM), que ficaria também com as áreas do Equipamento Social e Ambiente.

## Sá Carneiro: AD governará se...

«A vitória da AD deve-se ao impacto que teve sobre o eleitorado, a coligação da direita e do centro-direita» — assinalou ontem à rádio France-Inter, o presidente do PSD, Sá Carneiro, ao decorrer de uma entrevista realizada por aquela conhecida emissora francesa.

Entre as declarações produzidas pelo líder do PSD, destacam-se pelo seu impacto, as referentes à análise da vitória eleitoral da AD, o problema das eleições presidenciais de Julho de 1981 e o esboço do programa de governo.

Sobre as prioridades do seu provável governo, durante a breve existência antes das próximas eleições legislativas, Sá Carneiro declarou «que as prioridades do seu governo serão o combate à inflação e ao desemprego» se-

gundo a fórmula: «pode-se controlar a inflação e relançar a economia, com muito rigor e sem dificuldades, se controlar a desvalorização do escudo e se abrir a economia a novos investimentos para criar postos de trabalho».

O líder do PSD considera que a política de «diálogo» que tenciona levar a cabo, deverá granjear-lhe «se não o apoio dos sindicatos, pelo menos a possibilidade de governar».

Segundo Sá Carneiro, «os sindicatos compreenderão e apoiarão uma política que possa traduzir-se por resultados concretos», uma vez que o seu objectivo «não é de restaurar a economia capitalista», pois como referiu expressamente «o objectivo de justiça social será mantido».

Sobre os projectos de candida-

tura para as presidenciais de 1981, o líder do PSD declarou «que não seria candidato», uma vez que «a AD apresentará um outro candidato».

Analisando a vitória tangencial da AD, Sá Carneiro destacou que isso se ficou a dever à derrocada sensível do PS sublinhando também, por outro lado, «o impacto que teve sobre o eleitorado, a coligação da direita e do centro-direita».

Desdobrando a sua análise sumária sobre a vitória à tangencial da AD, Sá Carneiro acrescentou ainda que «pela primeira vez, vários partidos uniram-se em torno de um programa e apresentaram aos eleitores, não apenas uma preferência por um partido, mas a escolha de um governo, uma possibilidade de maioria».





# Maioria do País é de esquerda



## • A direita regressa ao Governo

Os portugueses continuam a ter preferência pela esquerda. Assim o indicam os resultados eleitorais finais que dão 2 726 911 votos aos partidos de direita e à AD, enquanto que os de esquerda alcançaram 3 017 218 sufrágios. No entanto, por força da Lei Eleitoral, que determina o apuramento de deputados pelo método de Hondt, a AD tem a maioria absoluta na Assembleia da República, já que aos seus 118 de-

putados se somam os sete do PSD eleitos pelas regiões autónomas e, provavelmente, mais alguns dos quatro que concorreram pelos círculos da Europa e de fora da Europa e que só deverão ser conhecidos dentro de nove dias. Entretanto, num país em que o eleitorado se manifesta de esquerda vamos ter um Governo de direita.

Portugal HOJE

...numas Intercalares  
...tendias pelo relativo triunfo das  
...congregadas na «Aliança Democrática».  
Com efeito, a coligação de direita, maioritária na Assembleia, continuará minoritária no País. Governará nos

termos da Lei Eleitoral mas terá de contar que a maioria da população portuguesa não aprovará a sua política.

### Refluxo do PS

Para além do impacto dos números e das especulações que eles possam suscitar, os resultados não introduzem modificações muito substanciais no tecido eleitoral português, a não ser, talvez, a confirmação de uma certa perda de influência do Partido Socialista. No entanto, o agrupamento de Mário Soares — que não terá conseguido fazer o pleno do seu eleitorado e sofreu as consequências do desgaste de dois anos de política de austeridade no Poder — confirmou-se como o maior partido português e o único que continua a possuir uma distribuição relativamente homogénea do ponto de vista geográfico. Aliás, e sem procurar minimizar a derrota do PS (as expectativas apontavam para uma votação superior aos 30 por cento), é de ter em conta que os socialistas não só mantiveram a votação global das eleições autárquicas de 1976, como progrediram até algumas dezenas de milhares de votos, perdendo terreno, no entanto, em termos percentuais.

Verifica-se que os socialistas perderam influência em algumas grandes concentrações urbanas, com realce para a capital, o que parece reflectir um certo desagrado das classes médias e da pequena-burguesia ali dominantes em relação à política de austeridade dos Governos PS. Em Lisboa, o PS perdeu votos para a AD» avança

...PS, o  
...para a fixação  
...setorado em torno  
...frentes, em prejuízo do

No Alentejo (zona de intervenção da Reforma Agrária) o revés eleitoral do PS foi nítido, mas mais pronunciado em Évora e Beja, o que parece reflectir as tradicionais dificuldades de funcionamento da Federação do Alto Alentejo. De qualquer forma, os socialistas não só não convenceram o eleitorado na zona do latifúndio, como também recuaram na zona de transição para a pequena propriedade no distrito de Portalegre e na parte sul do distrito de Castelo Branco, onde se verificaram perdas acentuadas para ambos os extremos do espectro político.

...mas es  
...comparação  
...boa, não pode con  
...se muito negativo.

As perspectivas futuras do PS, agora que se encontra efectivamente prejudicada a concepção de «partido-charneira», parecem depender, no próximo futuro, da

capacidade que o agrupamento de Mário Soares revelar para se inserir no centro da dinâmica social, encabeçando e dirigindo esta numa perspectiva progressista e democrática. A reconversão de um partido forjado na resistência a projectos políticos bem demarcados não será fácil, mas é imprescindível, se o PS quiser de facto retomar o lugar dominante no xadrez eleitoral português e inverter o processo de lenta, mas contínua drenagem eleitoral a que tem estado sujeito nos últimos quatro anos.

O principal beneficiário destas eleições intercalares parece ter sido o PCP, força política hegemónica na «APU». Para além da consolidação das suas posições ao sul do Tejo, onde se reafirma como a principal força política na zona de intervenção da Reforma Agrária, o PCP alarga a influência ao norte do País, com destaque para os distritos de Aveiro e Braga (eleição de um deputado em cada círculo e mais que duplicação do seu eleitorado).

...Lis  
...40), Porto  
...), Setúbal (mais  
...), Santarém (mais 4  
...nto) e Viana do Castelo  
...mais 2,5 por cento).

De uma forma geral, os resultados apontam para a não verificação de qualquer deslocação expressiva do eleitorado decorrente do slogan socialista do «voto útil» (aliás, também utilizado pela «APU», embora com significado de certo modo diverso): o incremento da votação «APU» em todos os distritos do norte revela que o eleitorado sensível à influência comunista não deixou de votar «APU» para votar PS, o que permitiu o sucesso da eleição de um deputado em Braga (Vitor Sá) e de outro em Aveiro (Vital Moreira) — dois distritos onde o PCP não elegeu até ao momento qualquer deputado.

Apesar dos progressos verificados (e desprezando, por conveniência de análise, a eventual contribuição do MDP/CDE, certamente reduzida), o PCP não deixa de ser, com estas eleições, um partido fundamentalmente de âmbito regional, com uma distribuição do seu eleitorado em

«pirâmide»: uma base muito larga ao sul do Tejo e afunilamento progressivo à medida que se avança para o norte do País. No entanto, os resultados destas eleições intercalares abrem boas perspectivas de trabalho político no norte do País para o partido de Álvaro Cunhal e situam-no como interlocutor válido em distritos onde não adquirira ainda dignidade parlamentar.

### «AD»: vitória muito relativa

Logrando capitalizar a seu favor o voto de protesto e descontentamento de importante fauço do eleitorado não comunista, ferido pela necessária política de austeridade empreendida pelos Governos socialistas, a «AD» logrou obter a maioria dos mandatos na nova Assembleia da República, mas não a maioria dos sufrágios, e beneficiou de uma certa «bipolarização» verificada nas grandes cidades e, sobretudo, na zona de intervenção da Reforma Agrária. Aqui, a direita conseguiu de algum modo impor a imagem de projecto alternativo ao colectivismo comunista, em prejuízo da «terceira via», cooperativista e dialogante, dos socialistas.

...correcta  
...conta que parte do eleitorado rural, do centro e norte do País, se revelou, ainda assim, absolutamente fiel em relação ao PS, pelo menos por parte dos sectores menos permeáveis à influência da corrente tradicionalista da Igreja, que não desejam de forma alguma o regresso ao 24 de Abril e que continuam a ver nos socialistas os principais garantes da Democracia em Portugal

## Secretariado do PS apela à unidade dos militantes

«Os vencedores de hoje serão os derrotados de amanhã» — afirma o Secretariado Nacional do Partido Socialista num comunicado emitido ontem à noite, no qual chama a atenção para o facto de que «a democracia implica alternância de Governo». O documento constitui um veemente apelo a todos os socialistas e simpatizantes do PS para se unirem nesta «hora de luta» por forma a que o Partido continue a desempenhar «um papel histórico na defesa da Liberdade e do regime democrático», garantindo que «não permitirá que a vitória relativa da AD se transforme na vitória dos saudosistas do passado».

Passamos a transcrever o comunicado:

«A luta pelo socialismo democrático é um combate histórico, que implica avanços e recuos, vitórias e derrotas, num processo de progressivo enraizamento dos ideais socialistas no povo português. A descida do PS não significa que o PS seja um partido derrotado. Perder uma batalha não é perder a guerra. O Partido Socialista continua a ser uma grande força política popular e nacional imprescindível à construção da Democracia.

Sem prejuízo de uma análise serena, profunda e objectiva, acerca das causas da descida eleitoral do PS, o Secretariado Nacional, solidário nas suas responsabilidades, saúda todos os militantes, simpatizantes e eleitores socialistas e a todos exorta a que, nesta hora, afirmem, mais do que nunca, o orgulho de ser socialista.

Aceitando, democraticamente, a vitória relativa da AD, o Secretariado Nacional considerou necessário sublinhar que esta, dispendo embora de escassa maioria parlamentar (128 em 250 deputados), não é uma maioria nacional e que os sufrágios da esquerda continuam a ser maioritários. Importa igualmente afirmar que o PS continua a ser a principal força política de esquerda nacional, como partido individualmente considerado.

A AD tem legitimidade constitucional para governar. Mas não se trata de um governo para mudar o regime — o PS, como grande partido democrático e responsável que é, saberá, na oposição, servir o País e defender palmo a palmo as conquistas democráticas do povo português.

A subida das forças de direita exige de todos os socialistas uma redobrada militância. Não é hora de baixar

bandeiras, mas sim de ostentar com orgulho o emblema do Partido que, mais do que nenhum outro, contribuiu para que a Democracia, seja uma realidade viva em Portugal.

Terminou uma batalha. Uma outra se inicia, com as eleições autárquicas.

O Secretariado Nacional dirige-se a todos os militantes, que de Norte a Sul soberam bater-se com honra e dignidade, para que de novo se mobilizem, de modo a impor o recuo das forças de direita nas próximas eleições de 1.º de Dezembro.

É preciso lutar para que em cada Câmara e em cada Junta de Freguesia se afirme a presença de autarcas socialistas, única forma de garantir um poder local forte e democrático, ao serviço das populações e da consolidação da Democracia.

Partido da resistência, Partido da Revolução de Abril, o PS tem a suficiente experiência, humana e política, para colher ensinamentos dos erros cometidos e transformar o recuo momentâneo em acumulação de forças para novas batalhas e novas vitórias.

A hora é de luta. O PS saberá fazer frente às dificuldades. Como partido de oposição continuará a desempenhar um papel histórico na defesa da Liberdade e do regime democrático, permitindo que a vitória relativa da AD se transforme na vitória dos saudosistas do passado.

A Democracia implica alternância de Governo. Os portugueses compreenderão, por experiência própria, que mais cedo ou mais tarde, terão de recorrer de novo ao PS para governar. Os vencedores de hoje serão os derrotados de amanhã.

Viva o 25 de Abril. Viva o Partido Socialista.»

## Oposição que renasce

Mau grado o profundo respeito que a maioria dos portugueses consagram à democracia, aos seus princípios e às suas regras, estavam longe de admitir, passados apenas cinco anos sobre o 25 de Abril, ser tutelados de novo por um Governo de direita.

Na verdade, a maioria do Povo eleitor votou na esquerda, esperando ser correspondido na sua escolha à constituição de um Gabinete que reflectisse a sua manifesta vontade.

De acordo com o método de Hondt não aconteceu assim, porém. Embora não possuindo a maioria de votos expressos, a «Aliança Democrática» logrou o maior número dos mandatos. Escassa maioria, é certo (apenas três deputados), a qual lhe confere, não obstante, legitimidade à formação do Executivo.

Se esta legitimidade não é passível de ser posta em causa, o mesmo se não pode dizer quanto às tentações de que a «AD» vai ser objecto no intuito de mudar o regime instaura-

do pela Constituição de 1976. Mas aí — é necessário afirmá-lo sem tergiversações — terá pela frente, ao que esperamos, não só a acção firme do Presidente da República, como deparará, se necessário, com a intransigente atitude do Povo. Atitude que poderia chegar a manifestações de força e a confrontações de rua. É de esperar, contudo, que o bom senso prevaleça, evitando dispensáveis rupturas e bem ultrapassáveis choques.

O que se não pode evitar é que a maior percentagem dos portugueses se reconheça, a partir de agora, em atitude de Oposição a um Governo que não desejou e cujos actos justamente receia.

Quando fazemos apelo ao cabedal de experiência oposicionista, fruto do exercício desenvolvido ao longo dos governos de Salazar e Caetano, sentimos renascer uma força não completamente adormecida. E descobrimos crescer em nós, imperiosa, uma pergunta bem funda: esperará Sá Carneiro, tão operoso e imaginativo em inviabilizar acções governativas passadas, que outros assistam, passivos, à sua fúria destruidora?



dp — 4-12-79

	1976 (263 lugares)	1979 (Setembro)	Após as eleições (250 lugares)
F. S. ....	107	101	73
P. P. D. ....	73	30	73
C. D. S. ....	42	42	42
P. C. ....	40	40	44
U. D. P. ....	1	1	1
Independentes ex-P. S. ....	—	6	—
Independentes ex-P. P. D. ....	—	37	—
Reformadores	—	—	5
P. P. M. ....	—	—	5
M. D. P. ....	—	—	3

# Estas eleições livres e a próxima luta eleitoral

O Povo Português mostrou, ontem, que o tirano redondamente se enganava quando lhe recusava maioria cívica. O Povo votou. E votou, salvo casos pontuais e excepcionais, com uma serenidade e um civismo exemplares. Outra questão é sabermos se votou nas melhores condições quanto ao esclarecimento do sentido do voto e as consequências da opção.

Não bastou pedir aos eleitores que votassem em Abril. O pedido para votar em Abril admitia vários entendimentos. Este que as urnas registaram parece ter sido, para muitos cidadãos, inconfundível com propósitos de regresso ou de destorrra. Outros terão votado sob a impressão de uma sincera decepção ou aguilhoados por um simples despeito pessoal. Para outros ainda a própria

campanha eleitoral terá resultado num equívoco político e terão assimilado dificilmente o desgaste dos homens ao desgaste dos projectos políticos.

Registe-se a diminuição das abstenções. E antes de qualquer interpretação sociológica importará considerar a redução da percentagem de abstencionistas como uma prova de integração de portugueses na vida democrática da nação.

O significado do isolamento da «extrema-direita» que se exprimiu numa percentagem fraca e na redução do abstencionismo a favor da «aliança» vencedora, não deve, contudo, ser considerado em termos abertamente positivos. Só relativamente o será. No seio da «aliança» esperitam as forças do passado a brecha que lhes dá passagem, aguardam a oportunidade. Saberao os democratas defender-se de ligações perigosas, de adesões comprometedoras, de infiltrações, de intrigas? Saberao um Governo AD evitar a manipulação antidemocrática e anti-Abril da opinião pública?

A defesa da Democracia — que temos sempre considerado solidária do respeito da Constituição e da continuidade de transformação histórica iniciada em Abril — exige do novo Poder uma diligência clara, inequívoca.

No balanço entre os efeitos dos desgastes pessoais e políticos e a reafirmação profunda de uma vontade democrática, se tivermos em conta a dinâmica real das sociedades contemporâneas, teremos que considerar que se operou um reforço das correntes democráticas. Na nação, desde já. Como tendência e perspectiva modificadora, no interior de alguns partidos.

As «eleições intercalares» constituíram uma rica experiência política. Em 1980 vamos de novo votar, vamos voltar a escolher. Além dos deputados com poderes constituintes seremos chamados a eleger um Presidente da República. É uma nova batalha eleitoral que começa. Peço-se ao Governo que presidir às próximas eleições que suba corresponder ao exemplo de dignidade e de menção que o Governo chefiado por Maria de Lurdes Pintasilgo acaba de nos dar.

As portas que Abril abriu devem continuar abertas. Abertas para um futuro de Liberdade e de Democracia.

DL

«Como resultado destas eleições, Portugal irá ser governado, pelo menos durante dez meses, por um governo de direita. Irá sê-lo em circunstâncias peculiares, uma vez que se a Aliança Democrática tem a maioria de deputados na Assembleia da República, não obteve a maioria de votos.

A maioria da população votou pela quarta vez consecutiva à esquerda e desta vez, até, em termos menos ambíguos que em anteriores eleições, uma vez que se trata de um problema de voto útil no PS.

O governo da AD é, pois, um facto natural em democracia, se aquele agrupamento político extrair todas as ilações dos resultados eleitorais.

O problema consiste em saber se a facção não democrática, inequivocamente existente na AD, se poderá ou não aproveitar das circunstâncias em que chegou ao Poder para tentar inflectir, por

forma não democrática, o sentido unívoco do voto da maioria da população portuguesa. Restanos esperar que isto não aconteça.»

Fundação Cuidar o Futuro

Terça-feira, 4 de Dezembro de 1979 / Portugal HOJE  
Mário Soares

Bernard da Costa  
Portugal HOJE  
Terça-feira, 4 de Dezembro de 1979

Em análise do futuro da democracia portuguesa, em resultado da vitória da AD, Mário Soares afirmaria que «não temo pela democracia em Portugal» e embora «não pondo em causa as convicções democráticas dos dirigentes da Aliança», espero — adiantou Soares — «que eles sabam compreender a dinâmica de direita que está subjacente à AD» e não se transformem nos feiticeiros que provocam fenómenos que não sabem depois controlar.





## O avanço do Povo Unido marco na estrada de Abril

No começo deste ano, o PPD e o CDS estiveram no Governo, durante o período Mota Pinto, devidamente mascarados. Agora o País vai suportá-los no Poder, sem máscara, e sob a batuta do sr. Sá Carneiro.

A situação criada é incomum. O PPD e o CDS alcançaram, unindo as suas forças, um número de votos sensivelmente inferior ao obtido pela APU e pelo PS. A coligação proporcionou-lhes, entretanto, os benefícios do sistema de *Hondt*. A Aliança Reaccionária, depois de escrutinados os votos da emigração, talvez consiga três mandatos acima do nível da maioria absoluta. Mas a gritaria triunfalista da direita não modifica a realidade. Em termos aritméticos as forças democráticas receberam maior número de sufrágios. O povo português votou mais uma vez pelas liberdades, pela democracia, pelos ideais de Abril. É claro que essa opção não altera o facto que neste momento preocupa milhões de portugueses. O País votou à esquerda, mas vai ser (des)governado por uma direita disposta a levar às últimas consequências a sua política de restauração do capitalismo monopolista e, portanto, da velha ordem económico-social.

São justas as apreensões dos que se mantêm fiéis ao espírito da Revolução iniciada na madrugada do 25 de Abril pelos gloriosos capitães do MFA. Temos pela frente meses muito difíceis. Mas a análise dos resultados demonstra também que são muitos os motivos para que o povo conserve intacta a sua confiança no futuro.

A grande votação alcançada pela APU foi além do que quase todos os observadores previam, confirmando a extraordinária implantação popular da sua componente mais dinâmica e poderosa: o Partido Comunista Português. O que impressiona os seus adversários não são apenas os 47 mandatos obtidos (três do MDP/CDE) apesar da desvantagem representada pela soma de votos PPD/CDS. O total de votos na APU surpreendeu a direita. Os dirigentes desta haviam garantido que a APU ficaria bem abaixo do milhão de votos. Ora essa barreira foi largamente superada. O Povo Unido obteve bem mais de 1 100 000 sufrágios. A distribuição multiplica, aliás, o peso dessa escolha. O voto APU atingiu elevadas percentagens nas principais cidades do País, e nos grandes centros industriais, com relevo para as cinturas operárias de Lisboa, Porto e Setúbal e, como era de esperar foi maciço na zona da Reforma Agrária. Com as vitórias de Braga e Aveiro não há hoje uma província, ao longo do litoral do Continente, onde o Partido Comunista não tenha representação parlamentar. A obtenção no Porto de seis mandatos — o dobro dos existentes na Assembleia dissolvida — foi uma demonstração prática daquela maré cheia a que durante a campanha aludiram os dirigentes comunistas.

### A DIREITA PERDERÁ A BATALHA

O PS sai desta eleição como o grande derrotado. Com a sua queda — particularmente desastrosa em Lisboa e no Alentejo — não se limitou a perder a posição largamente maioritária que mantinha desde as eleições para a Constituinte. Permiteu também que a reacção, em minoria, conquistasse condições para se tornar Governo. O partido do sr. Mário Soares já principiou assim a pagar um altíssimo preço pelos seus erros históricos, pelo seu anticomunismo, pela recusa de uma política de esquerda, pelas suas alianças com a direita, pela sua demagogia e irresponsabilidade. Infelizmente parte da factura terá de ser a democracia portuguesa a pagá-la. O esquerdismo também é largamente responsável pelo avanço da reacção no tocante ao número de mandatos. Os 3,7 por cento de votos que desviou (apenas elegeu um deputado) traduzem, em termos políticos, uma

ajuda prestada ao bloco PPD/CDS. Em Castelo Branco, secretamente, o Povo Unido não elegeu um deputado apenas por escassas dezenas de votos. Bem se pode afirmar que os esquerdistas ofereceram ali, de bandeja, um mandato à Aliança Reaccionária.

A direita festeja nestas horas o combate que ganhou ao obter, como minoria, uma maioria de deputados. Mas perderá a grande batalha da Revolução Portuguesa. A análise dos resultados não deixa dúvidas quanto ao irresistível crescimento do Povo Unido. Novas vitórias esperam a APU no dia 16. O PPD e o CDS voltarão a lançar mão de todos os processos — até dos apelos feitos dos púlpitos de igrejas — mas nem a corrupção, nem as pressões dos seus caciques, nem o dinheiro e outras ajudas do estrangeiro conseguirão evitar que o Povo Unido conquiste muito mais câmaras e obtenha uma chuva de mandatos em assembleias municipais e freguesias onde nunca esteve presente.

A alegria da Aliança Reaccionária não vai durar muito. Significativamente, logo na primeira conferência de Imprensa, quando cantava vitória, o sr. Sá Carneiro reduziu a um papel subalterno o presidente do CDS. A briga na família da reacção não tardará a estourar. O povo que fez Abril saberá, com serenidade e confiança, fazer frente às dificuldades que vão nascer do futuro governo da minoria.

## A LUTA CONTINUA

Não são ainda conhecidos os resultados finais das eleições intercâmbios. A meio da madrugada, os dados divulgados apontavam para um quadro pouco claro: o PPD e o CDS, com cerca de 44 por cento dos votos escrutinados, haviam obtido, graças às possibilidades oferecidas pelo método de *Hondt*, maior número de deputados do que o PS e o PCP, cuja votação, somada, já era então superior. Por outras palavras: uma direita minoritária, ao aliar-se, conseguiu eleger um total de deputados que não representa a sua força real e pode permitir-lhe na futura Assembleia da República uma posição maioritária que não traduz o voto que o povo português exprimiu nas urnas. É muito importante chamar desde já a atenção para essa realidade. Apesar do artifício multiplicador de mandatos a que recorreu a reacção, apesar dos processos intimidatórios usados durante a campanha, apesar dos colossais meios financeiros utilizados, apesar de ingerências estrangeiras (particularmente espanholas) ofensivas da soberania nacional — o PPD e o CDS não conseguiram alcançar maioria de votos. O povo português, ao dar uma maioria de sufrágios à APU e ao PS, confirmou a sua fidelidade aos ideais de Abril.

As forças mais dinâmicas e mais progressistas da sociedade portuguesa, mobilizadas em torno da Aliança Povo Unido, obtiveram mais de um milhão de votos. Cumpriram o seu papel no combate das eleições intercâmbios. Foram talvez mais longe do que se poderia esperar. Na zona da Reforma Agrária, em Lisboa, em Setúbal, nas cinturas industriais, a APU alcançou grandes vitórias. O PCP elegeu deputados por Braga e Aveiro e reforçou poderosamente a sua implantação no Porto, em Leiria, no Algarve, em Santarém, e até nos distritos que eram considerados bastiões da direita.

Se o resultado final abrir à reacção as portas do Governo, a responsabilidade caberá ao PS e ao esquerdismo.

O Partido Socialista pagou um alto preço pela sua irresponsabilidade, pela sua demagogia, pela política de alianças de facto com a direita, que realizou, com malabarismos vários, ao longo dos últimos quatro anos. O esquerdismo prestou, mais uma vez, à direita, o serviço de que ela precisava. Elegeu apenas um deputado. Mas os votos (quase 4 por cento) que todos os seus grupos e grupelhos obtiveram teriam bastado para que o campo democrático tivesse mais de 50 por cento, e suficiente para manter o PPD e o CDS em minoria na AR.

A eleição de ontem é um episódio na grande batalha da Revolução Portuguesa. A luta continua. O povo português está com a esperança histórica e gloriosa de Abril.

# O voto de Abril dado em Dezembro



Era início de Dezembro - 2 de Dezembro - domingo de sol e, no entanto, vivia-se Abril. Vivia-se Abril porque as mulheres e os homens por todo o País, votavam a liberdade trazida por Abril e que só a defesa de Abril poderá manter.

E foi na defesa de Abril que mais de 1 milhão e 100 mil portugueses votaram APU. Foi por Abril, pela democracia, pela liberdade da qual o acto de votar é importante expressão, que perto de meio milhão mais de eleitores vieram, pela primeira vez, engrossar os votos na APU. Foi ainda por Abril que 2 milhões e 700 mil eleitores votaram APU e PS.

Pese embora a enorme descida do PS: descida previsível, cavada pelas próprias mãos dos seus dirigentes que, ao aliarem-se com a direita, perderam afinal credibilidade entre os seus próprios eleitores.

Mais de 2 milhões e 700 mil eleitores votaram por Abril e pela consolidação da democracia. E os outros? Os outros 2 milhões e 500 mil eleitores (apesar do número menor de votantes, pelo método de Hondt, a vitória pertence à direita) que votaram AD, Aliança Reaccionária, votaram contra Abril que lhes trouxe, entre outras conquistas, a possibilidade do voto livre? Será que há um povo de Abril que vota APU e PS e um povo do 28 de Maio que vota AD? Será que no Povo português há afinal dois povos separados: um desejando o progresso social que só uma política democrática e popular, a aplicação da Constituição poderão garantir e um outro povo votando AD, a votar no regresso dos monopólios e latifúndios, exploração e opressão?

Teremos um povo votando na concretização das promessas de uma vida melhor que Abril trouxe e um outro comprazendo-se na miséria, no analfabetismo, na velhice desprezada, num futuro incerto para as crianças, ao votar AD, ao votar nos que erguendo-se contra a descolonização, lamentaram não serem mais os 11 mil mortos os 30 mil feridos, os 35 mil deficientes da guerra colonial?

## Ganhar o que nos pertence por direito e natureza

Mas não. Nunca em tempo algum, o povo se dividiu entre os que são pela conquista de melhores dias e pela liberdade e os que são pelo atraso, pela corrupção, pelo sufocar dos anseios populares. Nunca em tempo algum, em parte alguma, um povo se divide. A única e real divisão de todos os tempos é entre o povo trabalhador e a minoria que à custa dele viveu no fascismo e sobrevive no Portugal de Abril. A divisão entre explorados e exploradores. A diferença em que, por um lado está o povo, os trabalhadores, a pequena burguesia asoberbada por impostos, por contribuições e taxas incompatíveis de juros - os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes - os operários e intelectuais progressistas, a juventude e a terceira idade - e, por outro, os capitalistas e agrários - estes que não são povo, estes que estão na AD, estes que são minoria. Que esta minoria tenha obtido uma maioria de deputados, que nesta minoria tenham votado bem mais de 2 milhões de portugueses dos quais muitos e muitos que nada têm a ver com a ideologia da AD, com o fascismo, com a guerra e o imperialismo, eis o que não pode ser posto em dúvida, eis o que impõe novas urgências, nova dinâmica de trabalho e unidade às forças democráticas.

Para que este povo que é um só, exprima o voto que lhe pertence por natureza própria: o voto em Abril dado em Dezembro ou noutro mês qualquer. O voto na satisfação dos interesses populares, o voto esclarecido, o voto totalmente livre, sem pressões nem ameaças, o voto no que lhe pertence por coração e anseios, no que lhe pertence pelo que pensa da vida e à vida exige, aonde provaram pertencer até pelo civismo com que, por toda a parte, todos votaram. Civismo que é popular, civismo que marcou a campanha eleitoral das forças democráticas que esteve ausente da campanha eleitoral da direita.

Não existem em Portugal dois milhões e 500 mil reaccionários, 2 milhões e 500 mil ricos, 2 milhões e 500 mil agrários e capitalistas! Não existem e vamos prová-lo - já em 1980!

Ao trabalho Camaradas e Amigos! Pela unidade, pelo esclarecimento, pela mobilização, pela organização vamos conquistar para a democracia e a liberdade o que, por direito e natureza, à democracia e à liberdade pertence!

As forças democráticas estariam agora representadas na Assembleia da República por um total de 130 deputados e não por 121 (como ditou a eleição de domingo) se não se tivesse verificado uma dispersão dos votos de esquerda. Neste número não incluem os quatro eleitos pelo estranho sistema de vários deputados

A face destes nove distritos ficaria bastante alterada. Em Braga a "AD" teria oito deputados (em vez de nove) e a esquerda sete (em vez de seis); em Castelo Branco a direita teria três (quatro) e a esquerda três (dois); em Faro a direita não iria além dos

três (quatro) e a esquerda passaria para seis (cinco); na Guarda a "AD" elegeria três (quatro) e a esquerda dois (um); em Lisboa a direita teria 23 (24) e a esquerda 33 (32); em Portalegre a "AD" obteria um deputado (dois) e as forças democráticas três (dois); no Porto a direita ficaria com 17 (18) e a esquerda com 21 (20); em Santarém a "AD" não ultrapassaria os cinco eleitos (seis) enquanto a esquerda iria até aos sete (seis); em Viseu a direita teria sete (oito) e as forças democráticas três (dois). Com estes ganhos à direita, as forças democráticas, nos círculos do Continente e Regiões Autónomas, fariam eleger 130 deputados enquanto a direita unida não passaria dos 116.

o diário

Nove deputados «oferecidos» à direita  
Vontade da maioria  
traída pela dispersão  
de votos

# Irregularidades detectadas pela CNE

## Illegalidades em Chaves e GNR chamada à Régua



### Irregularidades detectadas pela CNE

A Comissão Nacional de Eleições, reunida durante todo o dia de domingo na Gulbenkian, em Lisboa, tomou conhecimento de várias irregularidades durante o acto eleitoral.

Em Arcos do Vale, segundo disse um elemento da CNE, uma assembleia de voto foi encerrada uma hora antes do que estava regulamentado.

A Comissão tomou também conhecimento de infrações de que foi alvo, numa secção de voto do dis-

trito de Castelo Branco, um delegado da APU, que chamou a atenção para irregularidades que estavam a ser cometidas.

A CNE foi solicitada pelo telefone para responder a questões levantadas em vários pontos do país.

Muitos dos problemas referiam-se ao uso de emblemas partidários por delegados das listas. Outro problema levantado com frequência foi o da legalidade de propaganda eleitoral feita nas imediações do local de voto.

as rurais o seu poder, não ser inteiramente onsbilizados dirigentes delegados às mesas da Aliança PPD/CDS/PPM.

Um dos casos mais graves — contado a «o diário» pelo Governador Civil do distrito de Vila Real, Camilo Botelho — ocorreu na freguesia de Sedielos, concelho da Régua. O pároco, logo ao começo da manhã, resolveu «aconselhar» as pessoas, nomeadamente as analfabetas, de que deveriam ir votar acompanhadas. Naturalmente, o presidente da mesa opôs-se. A isto, responderam reacccionários com ameaças de arruaça e de agressão. O próprio pároco surgiu na mesa, insistindo na sua teoria. A confusão provocada só terminou com a presença de uma força da GNR, vinda da Régua.

estava da «AD». insistentes membros da mesa, ente, do PPD, opôs-se a retirada.

No concelho de Chaves, quer em mesas da cidade quer das aldeias foram registadas imensas ilegalidades e atropelos à liberdade de voto. Tais atitudes eram acompanhadas de ameaças físicas de violência aos delegados da APU que pretendessem impedir a descarga de votos preenchidos ilegalmente. É o caso de S. Julião, Vilarelho da Raia, Cimo de Vila da Castanheira e Soutelo.

## Caciquismo actua em Aveiro

PORTO — (da nossa delegação) — Transportes «gratuitos», falsos cegos e, sobretudo, uma grande mobilização por parte dos caciques locais assinalaram, ontem, as eleições no círculo eleitoral de Aveiro. Concorrem pelo círculo nove partidos para a eleição de 15 deputados (mantém-se o número de mandatos de 1976), estando inscritos 406 811 eleitores (eram 382 782 em 1976).

nalgumas assembleias de voto acompanhadas de gente de «confinça».

Em Ovar, registou-se uma manobra conjugada para destruição de toda a propaganda da APU enquanto, na missa, um sacerdote deu indicação de voto na «AD». A afluência às urnas, sobretudo devido à forte mobilização dos caciques, elevava-se a 70 por cento ao principio da tarde.

Quanto ao Governo Civil, contactado por «o diário» limitou-se um seu porta-voz a assegurar que tudo corre normalmente.

Em S. João da Madeira,

A acção concertada para induzir ao voto na coligação de direita foi notória em várias zonas do Distrito, com destaque para as áreas rurais. Pessoas idosas, fazendo-se passar por «cegos», apresentaram-se

registaram-se algumas irregularidades, entretanto sanadas pelas próprias mesas de voto. Aí também se registava, ao principio da tarde, uma grande afluência às urnas.

As ocorrências mais graves registaram-se em Espinho. Numa mesa eleitoral da cidade, o respectivo presidente aceitou o voto de um eleitor inscrito noutra mesa, que acabou por ser anulado, apesar dos protestos dos representantes da «AD». Noutra local de escrutínio, acabou por ser anulado o voto de um indivíduo que se apresentou com propaganda da coligação de direita na assembleia de voto.

Outro caso registado em Espinho respeita à dirigente de uma instituição de caridade que ameaçou os idosos beneficiários de um subsídio que o perderiam caso não votassem na «AD». Também o industrial Violas, da COTESI/COFRI promoveu transporte de eleitores, servindo-se de pessoal que induziu as pessoas a votar na coligação de direita. A «manobra» teve especial incidência na zona da Marinha de Silva de e no Bairro Piscatório, onde homens do Violas — como o Zagalo e o Natário — que chegaram a transportar pessoas que aconselhavam a votar na «Aliança».

No distrito de Bragança, o ambiente é, genericamente, idêntico: nas zonas rurais, os caciques procuraram concretizar o «voto pela arreata», grande aspiração dos partidos reacccionários da anterior Assembleia da República e que encontrou pela frente a maioria dos deputados.

Para eleger os quatro deputados a que o distrito tem direito (menos um que nas anteriores eleições legislativas) os 125 mil eleitores acorreram em número bastante elevado às secções de voto.

Pessoas a quererem votar acompanhadas sem haver qualquer justificação legal prevista, caciques mais simpáticos que nunca a prontificaram-se a tudo e a transportar todos, pessoas instaladas a pequena distância das salas para «ensinar» os votantes — são casos conhecidos em diversas zonas, nomeadamente Mirandela, Macedo de Cavaleiros e Vila Flor.

Em Ponte de Barca, pessoas idosas apresentaram-se como cegos, para votarem acompanhadas, mas a intervenção de delegados da APU bastou para, nalguns casos, repor a legalidade. Esta anomalia verificou-se também em Riba de Mouro, Monção. Quanto à intervenção de padres no sentido de dirigir o voto, mais ou menos veladamente para a coligação PSD/CDS/PPM, são notórios os casos de Tropiciz (Monção) e de Paredes de Coura.

Outro caso, entre os muitos apurados, passou-se na freguesia de Arão, concelho de Valença, onde o presidente da mesa de voto procedeu à retirada da propaganda

### 4 Dezembro 1979

Em Bragança, há conhecimento de mais irregularidades. O ocorrido em Carrapatas (concelho de Macedo de Cavaleiros) suscitou mesmo um protesto e impugnação apresentados pelo delegado da APU: O presidente da mesa decidiu fechar a secção de voto durante um período considerável, à hora de almoço.

Outros casos de irregularidades conhecidas em locais onde apenas havia delegados da Aliança Reaccionária: em Vila Boa (Mirandela) e Pombares (Bragança), as mesas foram fechadas a meio da tarde, os votos contados e os resultados divulgados logo de seguida...

4 de Dezembro de 1979 / Portugal HOJE

## Expediente utilizado por dois matutinos

Atentativa de condicionamento da opinião pública, feita à margem da lei, já após o encerramento da campanha eleitoral, através da sugestão descarada do voto na «AD», constitui expediente utilizado por dois «matutinos» ao serviço da coligação direita. Quase meio século de experiências chegadas deturpadas reduziram a direita portuguesa a este estado de senilidade intelectual, que nos evoca, por breves momentos, os «democráticos» regimes da América Latina, em que essa mesma direita está no Poder.

# Hondt forneceu uma vitória que o voto não consentia



A matemática, que não o voto dos eleitores, deram a vitória à direita: quando o apuramento dos sufrágios, por computador, encarrrou às 6 horas, 55 minutos e 44 segundos de hoje, os votos da esquerda parlamentar, somados, excediam os obtidos pela direita em 210 056. Beneficiando, contudo, do método proporcional adoptado no apuramento dos mandatos, a coligação PSD, CDS, PPM dispunha já de maior número de lugares no Parlamento do que o PS, a APU e a UDP somados.

Mas o benefício da direita não partiu unicamente do método de Hondt. Também a dispersão de votos à esquerda por pequenos agrupamentos que leimaram em ir até à boca das urnas a despeito do perigo que ameaçava a democracia, auxiliaram a coligação de Sá Carneiro, o homem que agora prepara a sua instalação em S. Bento. Embora a análise geral dos resultados não esteja feita, é evidente desde já que alguns milhares de votos subtraídos ao PS e à APU pela UEDS, PSR e POUS teriam bastado para melhorar a posição relativa daqueles partidos.

A abstenção — apenas 9,7% quando estavam apurados 5 milhões 869 mil 818 votos — traduziu, nas regiões onde tradicionalmente tem sido mais intensa, o Norte, a resposta à campanha política desenvolvida pela Igreja Católica a favor da direita. É ainda consequência do tipo de mobilização do eleitorado a que procederam os partidos da coligação e que, na repetição de uma imagem comum antes do 25 de Abril, levou a que muitos milhares de eleitores, comandados pelos párocos ou arregimentados pelos caciques locais, tivessem sido transportados em autocarros e camionetas até às repartições de voto onde depositaram o seu boletim segundo directrizes prévias.

Numa primeira apreciação, há que reconhecer que os técnicos espanhóis que comandaram a AD durante o período da campanha eleitoral realizaram um «bom» trabalho, imprimindo à direita portuguesa, segundo moldes decalcados da UCD de além fronteiras, uma organização e um poder mobilizador que aquela, por si própria, não mostrou capaz de conseguir.

Ainda quanto à análise dos resultados, uma primeira apreciação permite uma constatação importante: nas regiões onde a direita foi maioritária nos últimos quatro anos, designadamente no Norte, registou, agora, baixas sensíveis que, curiosamente, reverteram a favor da esquerda, quer nalgumas pequenas subidas do PS num ou outro concelho, quer em subidas significativas da APU em todos os distritos nortenhos.

De uma maneira geral, foi nas zonas onde a política dúbio do PS, praticada especialmente durante os dois governos que cheliou, teve repercussões mais profundas, que a direita retirou maiores dividendos. E o caso das zonas citadinas: Lisboa é um dos exemplos, como o são também as zonas industriais e sobretudo toda a área abrangida pela Reforma Agrária. Na verdade, para além dos lucros retirados na diminuição de abstenções, a AD foi buscar parte considerável dos seus ganhos ao PS, numa proporção sem dúvida maior do que os votos socialistas que passaram para a APU.

Tendo perdido 277 mil 508 votos (7,6%) até ao encerramento do computador, no início da manhã de hoje, o PS foi o grande derrotado deste acto eleitoral. A interrogação coloca-se agora em saber se esta acentuada quebra corresponderá ou não a um processo de degradação progressiva daquele partido, a exemplo do que sucedeu com o seu congénere italiano. Os dirigentes do PS dizem que não, mas a experiência mostra que muitas outras vezes se têm enganado.

Neste sentido pode apontar a marcada subida da APU, onde a força dominante do PCP se caracterizou por ultrapassar, ao fim de quatro anos, a meta do milhão: com mais 328 mil 346 votos (as 6h 56m de hoje) a APU computava 1 milhão 113 mil 066 sufrágios, mais 4,4% por cento do que o obtido pelos comunistas em 1976. Além disso foram alcançadas subidas médias de 3/4% em quase todo o Norte do País, nomeadamente em zonas onde até agora os comunistas não possuíam qualquer implantação significativa. E, aqui também, o melhor indicativo serão as eleições autárquicas que se aproximam.

As reacções à vitória da direita, no plano dos órgãos de soberania em exercício, PR e CR, ambos ateados violentamente pelos líderes «aliancistas», não se fizeram ainda sentir e, provavelmente, não serão oficialmente tomadas públicas, sendo apenas perceptíveis através do processo que se desenvolveu em Janeiro tendente à constituição do VI Governo. Atendendo, porém, às intervenções de membros do CR (utilizando a imprensa) e do Presidente da República (via Rádio e Televisão) em cima do acto eleitoral, não é excessivo afirmar-se que o resultado não agrada quer a Belém quer ao Restelo. São previsíveis, ao nível político, confrontos com estes órgãos, os quais poderão atingir tanto maior gravidade quanto sejam acompanhados por outras previsíveis provocações, designadamente na rua, até onde a AD parece pretender descer nas próximas horas.

# Menos por menos (votos) dá mais (deputados)

o jornal  
4-12-79

... E se é certo que aquela Aliança pretende polarizar o panorama eleitoral e os votos entre dois lados antagónicos, o seu por um lado, e do outro o do PCP a que o PS, na sua versão, se encontraria ligado, verifica-se que estes dois partidos, sozinhos tiveram mais votos que o PSD, o CDS, o PPM, os Reformadores e independentes coligados na AD.

Assim, segundo os resultados finais provisórios, excluindo os círculos da emigração, a AD (mais o PSD e CDS das ilhas) recolheram 2 561 551 votos (44,6% e 125 lugares), enquanto só o PS e a APU (excluídos portanto os outros partidos que se reclamam de es-

querda ou extrema-esquerda) tiveram 2 743 174 votos, ou seja, mais 181 623 votos que a AD...

Verifica-se, portanto, que se a AD pretendia que estas eleições exprimissem, para usar as suas palavras, a escolha entre dois modelos de sociedade, aquele que defendiam, e aquele que atribuíam a uma hipotética aliança objectiva PCP/PS — verifica-se que a maioria dos portugueses não votou favoravelmente ao projecto da AD.

É isto, claro, dando de barato que quem se reivindica da social-democracia, da democracia-cristã, do comunismo e da monarquia, do reformismo, pode ter pacificamente um

mesmo projecto, e que os defensores do socialismo democrático e do comunismo tenham semelhante projecto — o que não aceitamos. Mas quem pôs assim as questões foi a AD, não fomos nós.

Desta forma, parece-nos de lógica elementar e irrespondível que, para alguns, e porventura, os principais efeitos que a AD teoricamente se propunha atingir com este acto eleitoral — a recusa de um modelo de sociedade e a escolha de outro, a condenação da Constituição da República, etc., etc. —, os resultados não lhe serviram. Isto é: a AD não os pode invocar para — e dando de barato que não tinha de cumprir a Consti-

tuição da República — alterações ao regime, alterações que os portugueses porventura desejassem.

... que de imediato, a AD ganhou e teve mesmo, repetimos, uma vitória assinalável: vai ter, com os deputados que eleger pela emigração, a maioria absoluta na Assembleia e poderá formar Governo. Se, com a muito diminuta margem de vantagem de que disporá, conseguirá manter a coesão do respectivo bloco ou evitar qualquer dissidência que por mais pequena pode levar a que a sua maioria deixe de o ser, atendendo para mais ao que têm sido grandes e repetidas crises no PSD — esse é outro problema. Um

## NÚMEROS DA INTERCALAR

**PS, APU e UDP:**

**2 890 999**

**AD:**

**2 661 551**

**Menos de cem mil votos  
nos pequenos partidos  
impediram  
maioria PS-APU**

Cada deputado da esquerda na futura Assembleia da República representa maior número de eleitores que os seus pares das bancadas da direita. Isto em consequência do número de votos recolhidos pelo PS, APU e UDP em todo o País exceder substancialmente o obtido pela AD. Para além disso, há que destacar que, dado que a coligação da direita não tem expressão em termos parlamentares, não haverá, na futura Assembleia, um grupo parlamentar maioritário. Trata-se de uma constatação simples que, à partida, contraria a pressa (intencional) com que a AD pretende «lançar» Sá Carneiro como futuro primeiro-ministro.



O primeiro-ministro que a AD quer impôr aos trabalhadores portugueses

# Noventa mil votos em pequenas formações tiraram ao PS e à APU a hipótese de maioria

A esquerda parlamentar pode considerar que, na próxima Assembleia da República, terá maior legitimidade, em termos do número de eleitores representados, do que a nova maioria de direita. Com efeito, os 125 lugares com que a AD conta até ao momento (poderão vir a ser 128) representam menos 229 mil 448 votos do que os 121 lugares (poderão vir a ser 122) com que contam o PS, PCP e UDP em conjunto. Isto resulta de, como explicamos noutra página, a esquerda, em termos de votos, continuar a ser maioritária em todo o País, com 2 milhões 890 mil 999 sufrágios recebidos contra 2 milhões 661 mil 551 obtidos pela direita.

Na distribuição de votos por distrito, a queda do PS provocou um abaixamento da esquerda em 9 distritos mantendo-se esta maioritária noutros nove: Lisboa, Porto, Setúbal, Santarém, Coimbra, Faro, Beja, Évora e Portalegre. Nas Regiões Autónomas a maioria continua a pertencer ao PSD.

Numa análise partido por partido, e tendo como ponto de comparação a composição da nova Assembleia da República, verifica-se que só o grupo parlamentar do PCP aumentou até agora em relação à 1976. O PSD, o CDS e a UDP mantêm, por enquanto, o mesmo número de deputados, embora seja previsível que os social-democratas venham a contar com mais três mandatos concedidos pelos dois círculos da emigração. Mesmo assim, ficando com 76 deputados (contra 73 em 1976), o crescimento parlamentar do PSD será inferior ao do PCP que conta já com mais 4 deputados: 44 contra 40 no anterior Parlamento.

Calcula-se, contudo, que, num cómputo global, os pequenos grupos de esquerda — UEDS, PSR e POUS — tenham «roubado» 8 a 9 deputados ao PS e à APU, retirando-lhe a possibilidade de serem maioritários em termos de Assembleia. Isto resultaria dos ganhos que seriam obtidos em pelo menos 8 distritos nos quais, ou o PS ou a APU,

elegeriam um deputado, nos casos onde isso não foi possível, ou acrescentariam novos mandatos aos obtidos. Considera-se possível, sem a divisão dos votos por aqueles pequenos grupos, a eleição de mais um deputado em Faro, em Lisboa, em Portalegre, no Porto, em Santarém, em Viseu e ajustamentos importantes nas Regiões Autónomas que retornariam a maioria parlamentar à AD.

Esta hipótese terá chegado a ser prevista pelos técnicos da UCD que comandaram a campanha da direita portuguesa, os quais, na noite de 2 para 3 deste mês, hesitaram até próximo do fim em considerar a hipótese da AD ser maioritária. As perdas do PS, contudo, foram também um factor inesperado nos cálculos dos técnicos que não previram uma baixa tão acentuada, a qual se reflectiu em 13 distritos do continente e nas duas Regiões Autónomas, traduzindo-se em menos 31 deputados do que em 1976.



## Major Mário Tomé, deputado da UDP

# Uma arma: a "experiência militar"

Belino Costa

Um major de Cavalaria com 39 anos, de nome Mário Baptista Tomé, é o novo deputado da UDP na Assembleia da República. «Um militar de Abril» — como se definiu em entrevista concedida a «O Jornal» — que vai, no Parlamento, «mostrar o que é a hierarquia militar e defender a democratização das Forças Armadas». O programa eleitoral da UDP e a sua «experiência militar» são as duas armas do ex-segundo comandante do Regimento da PM, o qual entrará no hemiciclo sem qualquer receio, apesar de não estar «melhor acompanhado».

«No Parlamento, serei um militar de Abril para defender o autêntico espírito de Abril, aquele que nasceu quando o povo veio para a rua» — afirmava-nos Mário Tomé pouco depois de ter sido eleito deputado à Assembleia da República.

**Major Tomé:**  
«Vou aproveitar a minha experiência como militar»

Definindo-se como «um lutador pelo socialismo, pelo poder do povo e pela democracia», o novo deputado pela UDP não se mostrou preocupado com o facto de ter de enfrentar, sozinho, o Parlamento:

«Não me assusta em nada ser deputado, por várias razões. Primeiro, sinto-me armado de uma grande força: a convicção da minha razão. Depois, conto com a aceitação popular e sei da inutilidade de todas as propostas dos partidos burgueses desde o PCP ao CDS.»

O PCP é um partido burguês?

«Ele assume neste momento interesses que não são os do nosso povo. Exemplo disto é a sua actuação reformista e a sua incapacidade de mostrar alternativas patrióticas. O PCP limita-se a pactuar e conciliar com Eanes, a NATO e a grande burguesia interna.»

Enquanto falava, o deputado da UDP nunca se esqueceu de vincar a sua posição de «um independente que está com o programa eleitoral da UDP». Referimos então os rumores que apontam como certa a sua ligação ao PCP(r). A resposta foi dada na terceira pessoa:

«O major Tomé tem estado parado neste tempo todo? Não: tentou formar a sua consciência política. Naturalmente as pessoas com quem mais se deu estariam ligadas à UDP» —, faz uma inflexão e reconece, desta

vez utilizando a primeira pessoa: «Foi com toda essa gente (dissidentes ou não) com quem conversei e discuti sobre a política do País. É natural que haja uma maior ligação com a UDP e daí que tenha surgido o convite para ser candidato.»

Ao aceitar candidatar-se, o major Tomé diz não ter querido perder a oportunidade que lhe foi dada e que agora, no Parlamento, vai aproveitar da melhor forma:

«Vou aproveitar a minha experiência como militar (negativa e positiva) para apontar o que é a hierarquia militar e qual a sua actuação. Irei mostrar que as coisas mudadas

não são uma coisa à parte da sociedade e lutarei pela sua democratização e pela reintegração dos militares de Abril.»

Considerando ter sido a sua experiência a nível militar «altamente positiva» quando, depois do 25 de Abril, se demonstrou que os militares não estão isentos da política e são por ela penetrados, o major Tomé aponta como tendo sido uma «experiência negativa» a

submissão da hierarquia militar ao poder político reaccionário: «Eu também fui, até 1970, um instrumento passivo de uma política antipopular e criminosa» — diz.

Impunha-se a pergunta: e a actuação do major Tomé à Frente do ex-Regimento da Polícia Militar?

«Não me arrependo de nada do que fiz. Mesmo as críticas, pretensamente de esquerda, de que devia ter sido mais disciplinado, não as aceito. A nossa opção era transformar a disciplina ultrapassando a hierarquia, ou aceitar as duas. A única solução era a ligação dos soldados ao povo.»

Seria então igual a estrutura militar antes e depois do 25 de Abril?

«A estrutura da hierarquia militar estava imbuída de um novo espírito mas permanecia com os mesmos defeitos» — diz o major Tomé, para referir de novo a sua experiência na PM: «A actuação foi positiva, já que não dirigi mas também não me opus à organização dos soldados, coisa que considerava fundamental.»

«Não tem nenhum tique militar» — comentava alguém, no meio dos empurrões, referindo-se ao deputado da UDP. Um deputado que conta com quatro comissões de serviço na Guiné e em Moçambique, onde ganhou uma Cruz de Guerra de segunda classe e a Medalha de Mérito Militar. Um deputado que foi membro da comissão coordenadora do MFA em Moçambique e suspenso das suas funções militares desde o 25 de Novembro, após uma prisão de cinco meses.

o jornal 4-12-79

## Otelo Saraiva de Carvalho

# Governo da Aliança será demagógico

«A utilização de uma desenfreada demagogia que leve incautas massas populares a aderirem a um Governo que durante oito meses venha a beneficiá-las com fartas regalias sociais», está a linha de actuação que o major Otelo Saraiva de Carvalho prevê, caso não possa ver realizado o próximo Governo liderado por Sá Carneiro, segundo declarações prestadas ao «Portugal Hoje».

O major Otelo, que comentava, a nosso pedido, o resultado das eleições intercalares, mostrou-se surpreendido com a vitória da AD por maioria absoluta e

previu que o futuro Governo AD teria a possibilidade de utilizar «uma intensa acção repressiva sobre as massas trabalhadoras, caso o novo Governo queira levar, desde já, para diante o seu programa de feroz recuperação capitalista, sob a cortina política da democracia dita musculada, e face à reacção que os trabalhadores logicamente demonstrarão perante medidas de dureza do novo regime».

Todavia, o major Otelo considera que a AD se inclinará para uma governação demagógica «com a mira de 'segurar' um electorado oscilante que permita à AD, a manter-se como tal, um êxito confortável nas importantíssimas eleições de 80». Ainda sobre a AD, o major Otelo dir-nos-ia prever a curto prazo, «graves dissidências no seio dessa coligação», dadas «as diferenças existentes entre as perspectivas políticas das correntes que formam a AD», o que, a seu parecer, não permitiria a «estabilização da democracia musculada pretendida pela direita portuguesa».



Otelo considerou também que lhe parece «ter sido criado, embora tal pareça agora paradoxal, um excelente campo de manobra para a construção de um forte êxito político da esquerda revolucionária portuguesa consubstanciada na criação de uma força de unidade popular a apresentar nas eleições parlamentares de 80».

Quanto ao que classificou de «desaire sofrido pelo Partido Socialista», Otelo diria ao nosso jornal: «que ele ao menos sirva aos seus dirigentes como prova indubitável de que não é possível, no Portugal de hoje, manter uma permanente ambiguidade na governação do País». E, acrescentou: «Com a luta de classes que se trava em Portugal, quase 6 anos passados sobre o 25 de Abril, é exigida, de facto, às organizações políticas, uma categórica afirmação de estarem ou não ao lado das massas trabalhadoras, sem que possam subsistir dúvidas, para qualquer das classes em confronto, sobre se tal organização é um partido de direita ou de esquerda».



Vasco Lourenço garante

Pezarat Correia

## CR PROSSEGUE MISSÃO

## Maioria da população votou na esquerda

Pezarat Correia afirmou a «Portugal Hoje» que, num primeiro apêndice (não fez ainda um estudo dos resultados), pensa que a maioria da população portuguesa continua a votar na esquerda, na medida em que mais de 50 por cento do eleitorado votou no PS para a esquerda, embora a aplicação do método da Hondt dê uma maioria parlamentar de direita.

Aquele membro do Conselho da Revolução considera igualmente significativa a queda do PS no sul e no centro do País, embora se verifique uma manunção ou subida de votos no norte.

«A maioria da população afectada pelo processo da Reforma Agrária mostrou o seu empenhamento neste, o que se torna significativo» — declarou ainda Pezarat Correia.

Para este membro do CR isto vem demonstrar que as afirmações de Rui Pena, produzidas às 6 e trinta da manhã, em que se pretendia ver uma queda da votação na APU, não correspondem à verdade. Os votos na APU e no PS mostram que a população do sul está empenhada na Reforma Agrária.

Pezarat Correia afirmou ainda que, embora o método de Hondt dê uma maioria de direita, só forçadamente se poderá concluir que a maioria da população deseja uma inversão do processo político.

«O Conselho da Revolução tem a sua missão constitucional, é um órgão bem definido na Constituição e a Constituição vai continuar em vigor, ganhe quem ganhar estas eleições», declarou ontem, ao «Correio da Manhã», o major Vasco Lourenço. A afirmação foi feita enquanto os resultados parciais das eleições eram difundidos. Este conselheiro da Revolução acrescentaria, no entanto, que «só quando a Constituição for revista e entrar em vigor a lei da revisão é que o Conselho da Revolução deixará de ter a missão que actualmente tem».

A respeito da recente difusão oficial do Pacto MFA - Partidos, que motivou, da parte de vários observadores, comentários, segundo os quais os militares continuariam a conduzir a política nacional, disse-nos o major Vasco Lourenço:

Penso que o Pacto foi difundido no sentido de lembrar a pessoas e forças políticas que estão esquecidas do que assi-



O conselheiro da Revolução Vasco Lourenço

naram». E acrescentou: «No entanto, penso que se torna desnecessário fazer esse aviso, pois o Presidente da República foi muito claro, no discurso que fez no sábado, onde dizia que a Constituição vai manter em vigor e que ele próprio a fará respeitar de acordo com o seu próprio juramento».

Sobre o modo como estão a decorrer estas eleições, disse-nos Vasco Lourenço, existirem dois factores muito importantes a assinalar: «uma participação extraordinária do eleitorado e um civismo que o povo português mais uma vez deu provas, o que faz com que estas eleições tenham sido muito importantes».

Fundação Cuidar o Futuro

